

Assistec Inova
Inovação, Empreendedorismo
e Sustentabilidade na rede EPT

Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária na Educação Profissional: definições, características e experiências

Organizadores
Josiane Roberta Krebs
Alba Valéria Neiva Rodrigues
Cristiane Saboia Barros
Diogo Ferreira de Almeida Rêgo
Etiane Araldi



Assistec
Inova

INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Assistec Inova

Inovação, Empreendedorismo
e Sustentabilidade na rede EPT

Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária na Educação Profissional: definições, características e experiências

Organizadores

Josiane Roberta Krebs

Alba Valéria Neiva Rodrigues

Cristiane Saboia Barros

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo

Etiane Araldi



João Pessoa, 2026



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil

LEONARDO OSVALDO BARCHINI ROSA
Ministro de Estado da Educação

MARCELO BREGAGNOLI
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

SÉRGIO PEDINI
Diretor de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica

MARCELA FERREIRA PAES
Coordenadora-Geral de Incentivo à Cooperação e à Inovação na
Educação Profissional e Tecnológica

Assistec
Inova

WANDERSON ROMÃO (IFES)
Coordenador do Projeto Assistência Técnica para a Inovação e
Empreendedorismo (Assistec Inova)

ORGANIZADORES

Josiane Roberta Krebs
Alba Valéria Neiva Rodrigues
Cristiane Saboia Barros
Diogo Ferreira de Almeida Rêgo
Etiane Araldi



4.0 Internacional

Esta licença permite o download e o compartilhamento da obra desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem possibilidade de alterá-la ou utilizá-la para fins comerciais.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITORA

Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITORA DE PESQUISA INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Neilor Cesar dos Santos

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Maria José Batista Bezerra de Melo

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Anna Clara Feliciano Mendonça

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Maria Cleidenedia Morais Oliveira

DIRETOR EXECUTIVO DA EDITORA IFPB

Carlos Danilo Miranda Regis

REVISÃO TEXTUAL

Denise Ferreira dos Santos

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Fabrcício Vieira de Oliveira

ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Raoni Xavier Lucena

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada na Editora IFPB por Valmira Perucchi CRB/15 – 240

137 Incubadoras tecnológicas de economia solidária na educação profissional: definições, características e experiências / Josiane Roberta Krebs, Alba Valéria Neiva Rodrigues, Cristiane Saboia Barros, Diogo Ferreira de Almeida Rêgo e Etiane Araldi (Orgs.) – João Pessoa: Editora IFPB, 2026.

131 p.: il. Color. (Assistec Inova - inovação, empreendedorismo e sustentabilidade na rede EPT).

ISBN: 978-65-87572-94-9 (e-book)

1. Economia solidária. 2. Incubadoras tecnológicas. 3. Educação profissional e tecnológica. 4. Desenvolvimento territorial. I. Krebs, Josiane Roberta. II. Rodrigues, Alba Valéria Neiva. III. Barros, Cristiane Saboia. IV. Araldi, Etiane.

CDU: 334

Sumário

Prefácio	8
Apresentação	9
Carta ao Leitor	12
Introdução	13

CAPÍTULO 1

ECONOMIA SOLIDÁRIA, MUNDO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	17
--	----

CAPÍTULO 2

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ATORES, REDES E DINÂMICAS DE ORGANIZAÇÃO	28
---	----

CAPÍTULO 3

EXPERIÊNCIAS DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	38
--	----

1ª EXPERIÊNCIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO DA
INCUBADORA TECNOLÓGICA PARA O FORTALECIMENTO DOS
EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (IFSOL/IFRN)

40

2ª EXPERIÊNCIA

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

48

3ª EXPERIÊNCIA

INCUTES: UMA TRAJETÓRIA DE COMPROMISSO COM A
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA

56

4ª EXPERIÊNCIA

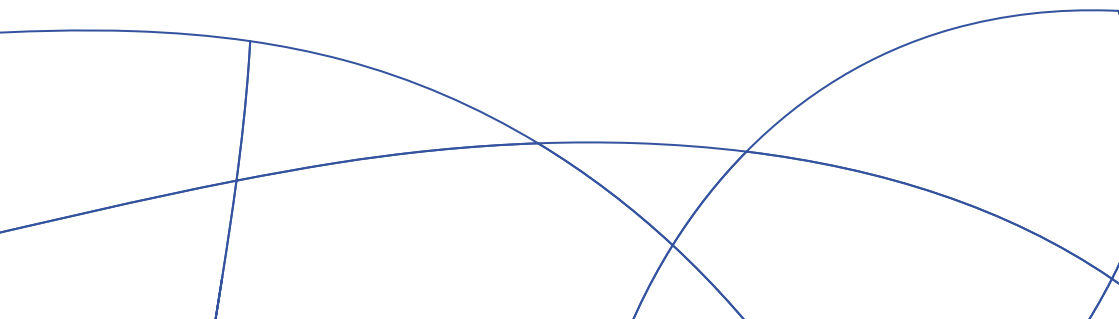
DA PRÁTICA EXTENSIONISTA À INSTITUCIONALIZAÇÃO:
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A FORMALIZAÇÃO DA
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO
IFPE (IFPE ECOSOL)

63

5ª EXPERIÊNCIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO DA
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO
IFAL (IFAL ECOSOL)

72



6ª EXPERIÊNCIA

INCUBAR A PARTIR DO TERRITÓRIO: EXTENSÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - CAMPUS ANÁPOLIS

79

7ª EXPERIÊNCIA

EXPERIÊNCIAS EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO CONSTITUINTES DA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DO IFSC *CAMPUS* CHAPECÓ

89

8ª EXPERIÊNCIA

ONDE A ECONOMIA SOLIDÁRIA SE FAZ REDE: A EXPERIÊNCIA TEIAS

99

9ª EXPERIÊNCIA

EEOA - NÚCLEO DE INCUBAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS RURAIS

108

10ª EXPERIÊNCIA

INCUBAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NA AMAZÔNIA PARAENSE

116

CAPÍTULO 4

CONCEITOS EM REDE: LEITURAS PARA CONHECER A ECONOMIA SOLIDÁRIA

125



Prefácio

A Educação Profissional e Tecnológica tem desempenhado papel relevante na promoção de iniciativas comprometidas com o desenvolvimento dos territórios, a inclusão produtiva e a construção de soluções voltadas às demandas das comunidades. Nesse contexto, a Economia Solidária constitui um importante campo de atuação, ao articular trabalho, cooperação, formação e desenvolvimento social.

As Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vêm ampliando sua contribuição para o fortalecimento dessas iniciativas por meio de ações de Ensino, Pesquisa e Extensão que dialogam diretamente com as realidades locais. Entre essas ações, destacam-se as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, que promovem processos de formação, assessoria e construção coletiva de conhecimentos, os quais fortalecem empreendimentos e contribuem para o desenvolvimento territorial.

A recente instituição da Política Nacional de Economia Solidária e do Sistema Nacional de Economia Solidária representa um marco para esse campo, reforçando a importância de medidas voltadas à cooperação, à autogestão e à valorização do trabalho associado.

Alinhada a esse propósito, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) apoia ações que contribuam para o reforço dos ambientes promotores de inovação, empreendedorismo e sustentabilidade no âmbito da Rede Federal. Nesse cenário, o projeto Assistec Inova tem favorecido o compartilhamento de experiências e o fortalecimento de capacidades institucionais em diferentes áreas estratégicas para a EPT.

Reforça-se, assim, o compromisso da Setec/MEC com iniciativas que contribuam para o desenvolvimento dos territórios, para a ampliação de oportunidades e para o aprimoramento de práticas institucionais voltadas à cooperação, à sustentabilidade e à inclusão produtiva.

Sérgio Pedini

Diretor de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)
Ministério da Educação (MEC)

Apresentação

Esta publicação nasce do encontro entre a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT), a Economia Solidária e as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, campos que compartilham o compromisso com a formação humana integral, a valorização do trabalho, a cooperação e a construção de alternativas econômicas voltadas ao desenvolvimento social, territorial e ambientalmente sustentável.

O e-book foi produzido no contexto do projeto Assistec Inova - Assistência Técnica para a Inovação, Empreendedorismo e Sustentabilidade, iniciativa do Ministério da Educação (MEC), coordenada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), voltada ao fortalecimento dos ecossistemas de inovação e sustentabilidade das redes e instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No âmbito do projeto, foram constituídas diferentes especialidades temáticas, incluindo Economia Solidária e Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, cujas atividades de estudo, reflexão e construção coletiva de conhecimentos subsidiaram a elaboração desta obra.

Ao reconhecer a inovação como um processo que pode estar orientado à promoção da vida, da inclusão social e da democratização do conhecimento, o Assistec Inova amplia a compreensão dos ambientes de inovação para além das perspectivas estritamente mercadológicas. Nesse sentido, o projeto contribui para o fortalecimento de iniciativas baseadas na cooperação, no associativismo, na autogestão e na construção coletiva de soluções para os desafios vivenciados pelas comunidades e territórios.

É justamente nessa perspectiva que se inserem as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, compreendidas como ambientes de inovação social comprometidos com o fortalecimento do trabalho associado, da organização coletiva e do desenvolvimento territorial. Mais do que espaços de apoio técnico, elas constituem ambientes educativos que articulam ensino, pesquisa e extensão em processos de formação, assessoria e construção compartilhada de conhecimentos, aproximando instituições de ensino, empreendimentos econômicos solidários e comunidades.

Ao longo das últimas décadas, a economia solidária consolidou-se no Brasil como campo de práticas, conhecimentos, organizações e políticas públicas

comprometidas com a geração de trabalho associado, a inclusão socioprodutiva e o desenvolvimento territorial. A promulgação da Lei nº 15.068/2024, que institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), representa um importante marco nesse processo ao reconhecer a economia solidária como estratégia para a promoção do desenvolvimento sustentável, da cidadania e da democratização da economia.

Nesse contexto, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vêm ampliando sua atuação por meio de incubadoras, projetos de extensão, programas de formação e redes de cooperação, reafirmando seu compromisso histórico com a transformação social e com a construção de alternativas orientadas pela centralidade do trabalho humano. As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária inserem-se nesse movimento como espaços privilegiados de integração entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a produção de conhecimentos socialmente referenciados e para o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários em diferentes territórios do país.

Esta obra reúne reflexões, conceitos, marcos normativos e experiências que contribuem para compreender a natureza, os princípios, as características e o potencial das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Mais do que apresentar definições e referenciais teóricos, busca evidenciar a diversidade de práticas desenvolvidas pelas instituições que atuam nesse campo, bem como os desafios e as possibilidades presentes nos processos de incubação, assessoria e formação.

Inspirada nos princípios da educação popular, esta publicação compreende o conhecimento como uma construção coletiva, produzida no diálogo entre diferentes sujeitos, saberes e experiências. Assim, reconhece trabalhadoras e trabalhadores, estudantes, educadores, gestores e integrantes dos empreendimentos econômicos solidários como protagonistas dos processos de aprendizagem e transformação social.

Destinada a estudantes, educadores, pesquisadores, extensionistas, gestores públicos, integrantes de movimentos sociais e sujeitos envolvidos com a economia solidária, esta publicação busca informar, subsidiar processos formativos e fortalecer redes de cooperação e articulação institucional. Ao sistematizar conhecimentos e experiências acumuladas por diferentes instituições da Rede Federal, o material reafirma a relevância da Educação Profissional e Tecnológica na construção de alternativas econômicas comprometidas com a justiça social, a democracia, a sustentabilidade e a valorização do trabalho associado.

Mais do que apresentar conceitos e experiências, esta obra convida o leitor a refletir sobre outras formas de produzir, organizar o trabalho, gerar conhecimentos e construir o desenvolvimento. Trata-se de uma contribuição coletiva para o fortalecimento de práticas econômicas e educativas comprometidas com a cooperação, a solidariedade, a autogestão e a transformação social.

Josiane Roberta Krebs

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

Alba Valéria Neiva Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Cristiane Saboia Barros

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL)

Etiane Araldi

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

Carta ao Leitor

Prezada leitora, prezado leitor,

Este e-book foi construído a partir da convicção de que a educação tem um papel fundamental na transformação da realidade e na construção de alternativas econômicas comprometidas com a vida, a democracia e a justiça social.

Ao longo destas páginas, convidamos você a conhecer um campo que vem ganhando cada vez mais relevância no Brasil: as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária. Presentes em universidades, institutos federais e outras instituições de ensino, essas incubadoras articulam conhecimento científico, saberes populares, extensão, pesquisa e ação comunitária para fortalecer empreendimentos econômicos solidários e promover o desenvolvimento dos territórios.

Mais do que apresentar conceitos e experiências, este material busca contribuir para processos de formação e reflexão crítica. Inspirada nos princípios da educação popular, a obra valoriza o diálogo de saberes, reconhece os trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos produtores de conhecimento e compreende a formação como prática coletiva e emancipatória.

Esperamos que esta leitura possa apoiar estudantes em seus processos formativos, subsidiar ações de ensino, pesquisa e extensão, fortalecer iniciativas de incubação e inspirar novas articulações entre instituições de ensino, movimentos sociais, empreendimentos econômicos solidários e políticas públicas.

Que este material contribua para ampliar o conhecimento sobre a economia solidária e para fortalecer a construção de uma cultura do trabalho associado e autogestionário, baseada na cooperação, na solidariedade e no compromisso com a transformação social. Desejamos uma excelente leitura e que as reflexões aqui apresentadas possam gerar novos diálogos, práticas e possibilidades.

Equipe Assistec Inova

Introdução

As incubadoras configuram-se como ambientes institucionais de apoio à criação, consolidação e fortalecimento de iniciativas produtivas, realizando assessoria técnica, formação, articulação em redes de cooperação e oferecendo infraestrutura. No Brasil, sua consolidação esteve inicialmente associada às políticas de ciência, tecnologia e inovação, especialmente voltadas ao desenvolvimento de soluções tecnológicas e à interação entre instituições científicas e o setor produtivo, em consonância com marcos como a Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação). Nesse percurso, as incubadoras de base tecnológica assumiram relevância na dinamização de iniciativas intensivas em conhecimento e na promoção da transferência tecnológica.

Entretanto, a experiência brasileira ampliou esse horizonte ao incorporar perspectivas orientadas pela centralidade do trabalho e pela busca de alternativas econômicas fundamentadas na cooperação e na autogestão. A partir da década de 1990, emergem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), vinculadas majoritariamente às universidades públicas, com o propósito de assessorar grupos organizados em empreendimentos coletivos. Inspiradas nos princípios da economia solidária – cooperação, solidariedade, autogestão e valorização do trabalho humano – essas incubadoras passam a atuar como instrumentos de extensão crítica, articulando produção de conhecimento, compromisso social e desenvolvimento territorial (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Diferentemente de modelos orientados prioritariamente pela lógica da competitividade mercantil, as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária têm como eixo estruturante a geração de trabalho e renda, a inclusão produtiva e o fortalecimento de comunidades e territórios. Seu processo metodológico combina assessoria técnica, formação política e organizativa, planejamento participativo e construção coletiva de tecnologias sociais. A incubação, nesse sentido, não se restringe a um suporte gerencial, mas constitui-se como processo educativo, dialógico e emancipatório, no qual o conhecimento técnico-científico se articula aos saberes populares e às experiências concretas das pessoas envolvidas.

O reconhecimento institucional da economia solidária como política pública reforça essa perspectiva. A Lei nº 15.068/2024, que institui a Política Nacio-

nal de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), consolida instrumentos de apoio técnico, formativo e de fomento aos empreendimentos econômicos solidários, reconhecendo-os como estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Nesse cenário, as incubadoras passam a integrar um sistema articulado de promoção do trabalho associado e da cooperação, fortalecendo sua dimensão pública e social.

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária assumem papel estratégico não apenas como ambientes de apoio a iniciativas produtivas, mas também como espaços de ensino-aprendizagem. Configuram-se como verdadeiros laboratórios vivos, nos quais estudantes, professores e comunidades interagem em processos formativos que integram Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesses ambientes, a aprendizagem ocorre a partir de situações reais, envolvendo diagnóstico territorial, planejamento participativo, desenvolvimento de tecnologias sociais e acompanhamento de empreendimentos econômicos solidários. Trata-se de uma experiência pedagógica que contribui para a formação integral dos estudantes, ampliando sua compreensão sobre trabalho, desenvolvimento e responsabilidade social.

Assim, as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária apresentam uma natureza multifacetada: são ambientes de inovação social, instrumentos de política pública, estratégias de geração de trabalho e renda e, simultaneamente, espaços formativos no interior das instituições de educação profissional e tecnológica. Este *e-book* insere-se nesse contexto: busca sistematizar fundamentos conceituais, marcos normativos, características e experiências, reafirmando o papel das incubadoras como dispositivos estratégicos para o desenvolvimento territorial e para a formação crítica e comprometida com a transformação social.

Na sequência dessa contextualização, é fundamental explicitar que o campo das incubadoras não é homogêneo. Ao contrário, caracteriza-se por uma pluralidade de nomenclaturas e arranjos institucionais que, embora compartilhem a ideia geral de apoio e acompanhamento sistemático a iniciativas produtivas, diferenciam-se quanto às finalidades, aos referenciais teóricos, aos públicos atendidos e às metodologias adotadas. No senso comum e mesmo em parte da literatura, a expressão “incubadora” costuma ser imediatamente associada às incubadoras de empresas, o que pode gerar reducionismos conceituais e invisibilizar experiências orientadas por outras matrizes, como a economia solidária e a tecnologia social.

Essa diversidade terminológica, por vezes, provoca confusão, sobretudo quando não se distinguem adequadamente os objetivos que orientam cada modalidade. Justamente por isso, torna-se central o propósito deste *e-book* de ampliar a compreensão sobre as incubadoras tecnológicas de economia solidária, situando-as no interior de um campo mais amplo e evidenciando suas especificidades em relação a outras formas de incubação.

O material está organizado em quatro capítulos, além das considerações finais.

O Capítulo 1, “Economia Solidária, Mundo do Trabalho e Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, apresenta os fundamentos conceituais da economia solidária e suas relações com as transformações do mundo do trabalho, bem como suas aproximações com o campo da Educação Profissional e Tecnológica. O capítulo busca evidenciar como a formação para o trabalho associado e autogestionário pode se constituir como dimensão formativa relevante no interior das instituições de ensino, especialmente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

O Capítulo 2, “A economia solidária no Brasil: atores, redes e dinâmicas de organização”, analisa a constituição e a organização desse campo no país a partir de uma perspectiva histórica, política e pedagógica. A seção articula a economia solidária às transformações no mundo do trabalho e aos processos de formação humana, evidenciando seu caráter contra-hegemônico e sua relação com a educação popular. São apresentados os principais atores, instâncias organizativas e formas de articulação em rede que estruturam o campo no Brasil, como os empreendimentos econômicos solidários, fóruns, redes, entidades de apoio e políticas públicas. A partir da atualização de uma representação clássica desse universo, o capítulo propõe uma sistematização analítica e visual que expressa sua complexidade, dinamicidade e territorialidade, contribuindo para a leitura crítica da realidade e para o fortalecimento de práticas de trabalho associado e autogestionário.

No Capítulo 3, “Experiências de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, são expostas iniciativas desenvolvidas no âmbito da Rede Federal, evidenciando diferentes formas de organização, metodologias de incubação e articulações com territórios e comunidades.

Por fim, o Capítulo 4, “Conceitos em Rede: leituras para conhecer a economia solidária” propõe um percurso formativo a partir de obras de referência, em substituição à lógica de glossário. O texto reúne e apresenta indicações de

leitura que permitem ao leitor conhecer e explorar conceitos, termos e vocabulários fundamentais do campo, articulando diferentes matrizes teóricas e experiências históricas. Ao privilegiar o contato direto com essas produções, busca-se contribuir para uma compreensão mais crítica e contextualizada da economia solidária, entendida como prática social, política e educativa em permanente construção.

Encerrando a obra, as considerações finais retomam os principais elementos discutidos ao longo do texto, destacando o papel das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária como espaços de formação, inovação social e promoção do desenvolvimento territorial.

CAPÍTULO 1

ECONOMIA SOLIDÁRIA, MUNDO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Josiane Roberta Krebs

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
josiane.krebs@viamao.ifrs.edu.br

A economia solidária constitui uma das mais importantes expressões históricas das práticas de trabalho associado e autogestionário, construídas pela classe trabalhadora como forma de resistência às desigualdades estruturais e como afirmação de um outro projeto de economia e de sociedade.

Fundamentada na cooperação, na solidariedade, na autogestão e na centralidade do trabalho humano, a economia solidária propõe reorganizar a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços a partir da primazia da vida, do bem comum e da democracia.

Diferentemente da lógica capitalista, orientada pela acumulação privada e pela competição, a economia solidária ancora-se na propriedade coletiva dos meios de produção, na gestão democrática do trabalho e na partilha dos resultados, afirmando o trabalho como prática social, educativa e política. Não se trata, portanto, apenas de uma estratégia de geração de trabalho e renda, mas de um projeto de sociedade comprometido com a justiça social, a sustentabilidade e a radicalização da democracia.

Como destacam Laville e Gaiger (2009), a economia solidária é um conceito utilizado em diferentes contextos, com múltiplas acepções, mas sempre em oposição ao individualismo utilitarista que marca o comportamento econômico dominante nas sociedades de mercado. No Brasil, o termo ganha força a partir da década de 1990, em um contexto de profundas transformações no mundo do trabalho, marcado pela reestruturação produtiva, pela desindustrialização, pelo desemprego estrutural e pela ampliação da informalidade.

Nesse cenário, milhões de trabalhadores passaram a construir respostas coletivas à exclusão econômica, dando origem a cooperativas populares, associações, grupos produtivos autogestionários, empresas recuperadas e outras formas de trabalho associado. Conforme Singer (2002), a economia solidária não surge apenas como reação à incapacidade do capitalismo de integrar todos os que desejam e necessitam trabalhar, mas como possibilidade concreta de construção de uma alternativa superior, não em termos estritamente mercadológicos, mas por proporcionar uma vida melhor às pessoas que dela participam, enquanto produtoras, consumidoras e cidadãs.

Desde suas origens, a experiência da economia solidária no Brasil articula-se a processos educativos e a práticas de educação popular. Ainda nos anos 1980, iniciativas como os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), apoiados pela Cáritas Brasileira, e as experiências de cooperativismo nos assentamentos da reforma agrária, impulsionadas pelo Movimento dos Trabalhadores Ru-

rais Sem Terra (MST), já apontavam para a centralidade da formação política, técnica e organizacional na construção do trabalho associado.

Outro componente fundamental dessa trajetória é a atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), vinculadas inicialmente às universidades e, posteriormente, aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Essas incubadoras passaram a desempenhar papel estratégico no apoio à organização coletiva do trabalho, oferecendo formação em cooperativismo e economia solidária, bem como assessoria técnica, jurídica e organizacional aos empreendimentos econômicos solidários. A articulação entre saberes acadêmicos e saberes da experiência constitui, assim, um dos pilares desse campo enquanto espaço educativo.

Ao longo dos anos 2000, a economia solidária consolida-se no Brasil não apenas como prática social e movimento da sociedade civil, mas também como campo de políticas públicas. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, marca um momento decisivo desse processo, fortalecendo a articulação entre Estado e sociedade civil e ampliando a visibilidade e o reconhecimento da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial e inclusão socioprodutiva.

Esse percurso histórico culmina, mais recentemente, com a promulgação da Lei nº 15.068/2024 (Lei Paul Singer), que institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com formas de organização econômica baseadas na autogestão, na cooperação e na solidariedade. O Plano Nacional de Economia Solidária, por sua vez, explicita diretrizes, eixos e ações que reconhecem a abordagem como alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento e como estratégia para a promoção do trabalho associado, da cidadania e da democracia econômica.

Ao integrar movimento social, política pública e práticas econômicas concretas, a economia solidária afirma-se como um projeto histórico da classe trabalhadora, que se realiza em múltiplas escalas: como movimento de resistência ao capitalismo, como modo de produzir, consumir, distribuir e viver, e como prática democrática cotidiana nos empreendimentos econômicos solidários. Essa compreensão ampliada permite reconhecer que ela não se limita à inserção no mundo de trabalho, mas interfere diretamente na vida, na subjetividade e na formação dos sujeitos que dela participam.

A partir do texto-base e do acúmulo apresentado por Alzira Medeiros na Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, em 2025, é possível sintetizar, em perspectiva histórica e política, quem são os sujeitos da economia solidária no Brasil.

Os sujeitos da economia solidária são expressão viva da formação social brasileira e de suas históricas resistências. Conforme destacado por Medeiros (2025), na Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, trata-se de sujeitos coletivos que emergem de processos de desterritorialização, exploração e negação de direitos, mas que, ao longo da história, construíram formas próprias de reprodução da vida baseadas na cooperação, no trabalho associado e na defesa dos territórios. São povos originários, comunidades quilombolas, populações negras, campesinato, agricultoras e agricultores familiares, mulheres – especialmente mulheres negras –, juventudes periféricas, trabalhadores e trabalhadoras precarizados, catadoras e catadores de materiais recicláveis, povos das águas e das florestas, entre outros grupos que historicamente estiveram à margem das políticas estatais e do reconhecimento econômico.

Esses sujeitos trazem consigo heranças culturais como o mutirão, a produção coletiva, o cuidado com os bens comuns e a centralidade do território como espaço de vida e não apenas de exploração econômica. A economia solidária, nesse sentido, não surge como resposta individual à exclusão, mas como construção coletiva de alternativas ao desemprego estrutural, à precarização e à devastação ambiental, afirmando o trabalho não apenas como assalariamento, mas como prática social associativa e emancipatória. Ao reivindicar reconhecimento nas políticas públicas, esses sujeitos afirmam-se como protagonistas de outra racionalidade econômica, orientada pela reprodução ampliada da vida, pelo Bem Viver e pela democratização do acesso aos bens, serviços e direitos sociais (MEDEIROS, 2025).

Nesse sentido, a formação e a educação em economia solidária ocupam lugar central. Conforme Adams (2014), a superação do trabalho alienado pela autogestão exige a construção de novos sentidos do trabalho, articulados a um projeto educativo coerente com os princípios da educação popular. A economia solidária, como afirma Paul Singer, é também um ato pedagógico, que demanda processos formativos intencionais, sistemáticos e comprometidos com a emancipação humana.

Essa discussão articula-se diretamente ao campo Trabalho-Educação, que ocupa lugar central na interpretação crítica da sociedade capitalista e na compreensão da história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Conforme

assinala Kuenzer (1991), a divisão social e técnica do trabalho, condição indispensável à constituição do capitalismo, rompe a unidade entre teoria e prática e prepara os sujeitos para posições hierárquicas diferenciadas no sistema produtivo, produzindo sistemas educacionais marcados pela dualidade estrutural.

Saviani (2007) aprofunda essa análise ao demonstrar que a divisão em classes, decorrente da apropriação privada dos meios de produção, produziu também a divisão da educação. A defesa do trabalho como princípio educativo sustenta, nesse contexto, a concepção de formação humana integral e a indissociabilidade entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

É nesse horizonte que se insere a Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, de modo particular, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Conforme Frigotto e Oliveira (2023), os IFs resultam de disputas entre projetos societários antagônicos, sendo tensionados entre formação instrumental, voltada às demandas imediatas do mercado, e um projeto emancipatório, comprometido com a classe trabalhadora. Neste sentido, a Política Pública de Economia Popular e Solidária dialoga com a política pública de Educação Profissional e Tecnológica e com as concepções e diretrizes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A formação em economia solidária exige compreender as diferenças históricas e materiais entre trabalho assalariado, empreendedorismo individual e trabalho associado e autogestionário. Enquanto o empreendedorismo reforça a responsabilização individual, o trabalho associado emerge historicamente como expressão das lutas da classe trabalhadora, apontando para a sociedade dos produtores livres e associados (Souza, 2008).

A economia solidária constitui, assim, a expressão histórica concreta do trabalho associado e autogestionário, materializando-se em cooperativas populares, associações, empreendimentos econômicos solidários e redes de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias.

Cabe ressaltar que nessa forma de organização os empreendimentos não são compreendidos como “empresas” no sentido tradicional, orientadas prioritariamente pela lógica do lucro e pela separação entre proprietários e trabalhadores. Ao contrário, trata-se de organizações coletivas baseadas na autogestão, na cooperação e na centralidade do trabalho, nas quais os próprios trabalhadores participam das decisões e da gestão das atividades econômicas.

A palavra “empresa” é utilizada apenas para se referir às chamadas empresas recuperadas¹, que são empreendimentos que estavam em situação de falência, fechamento ou abandono pelos proprietários e que foram assumidos e reorganizados pelos próprios trabalhadores, passando a funcionar sob princípios da autogestão.

Nesse cenário, a formação em economia solidária na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) assume papel estratégico. Ao articular Ensino, Pesquisa e Extensão em diálogo com territórios, movimentos sociais e políticas públicas, os Institutos Federais contribuem para a construção de uma cultura do trabalho associado, solidário e autogestionário. Essa atuação, no entanto, não se constitui como elemento externo ou complementar às finalidades da Rede Federal, mas encontra fundamento na própria concepção que orienta sua criação.

A Lei nº 11.892/2008, que institui a RFEPCT e cria os Institutos Federais, explicita, entre suas finalidades e objetivos, o compromisso com o desenvolvimento socioeconômico local e regional, a articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais dos territórios e a promoção de processos educativos voltados à emancipação dos sujeitos. Conforme disposto nos artigos 6º e 7º desta Lei, destacam-se dispositivos que orientam a oferta formativa a partir do mapeamento das potencialidades dos territórios, evidenciando uma inserção ativa dos Institutos Federais nas dinâmicas locais e regionais.

Além disso, ao prever o estímulo ao cooperativismo, a promoção e a transferência de tecnologias sociais e o desenvolvimento de ações de Extensão articuladas ao mundo do trabalho e aos segmentos sociais, a legislação amplia a compreensão de trabalho para além do emprego formal e reconhece a diversidade de formas de organização econômica. Soma-se a isso o objetivo de fomentar processos educativos voltados à geração de trabalho e renda e à emancipação dos sujeitos, elemento que reforça o caráter formativo orientado à transformação social. Em conjunto, esses dispositivos indicam que a própria base legal da RFEPCT contém elementos que dialogam diretamente com os princípios da economia solidária e da formação para o trabalho associado e autogestionário (BRASIL, 2008).

1 No Brasil, as empresas recuperadas começaram a se consolidar principalmente a partir da década de 1990, em um contexto de crise industrial, privatizações e reestruturação produtiva. Instituições como a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), criada em 1994, tiveram papel importante no apoio e na articulação dessas experiências, assim como universidades, sindicatos e incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

Tais elementos evidenciam que a formação proposta pelos Institutos Federais não se limita à preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, mas abre possibilidades para a construção de outros modos de produzir a vida, aproximando-se, desde sua gênese, dos princípios da economia solidária e do trabalho associado e autogestionário. Como argumenta Krebs (2025), ainda que os descritores “economia solidária” e “trabalho associado e autogestionário” não apareçam de forma sistemática nos documentos institucionais da Rede, há um conjunto de categorias – como cooperativismo, associativismo, tecnologias sociais, desenvolvimento territorial e emancipação – que expressam, de forma indireta, essas perspectivas formativas.

Nesse sentido, a presença dos Institutos Federais no campo da economia solidária, especialmente por meio das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária e da Rede IF EcoSol (Rede de Economia Solidária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), reafirma e atualiza esse compromisso institucional com a formação humana integral e com a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Trata-se, portanto, menos de uma incorporação recente e mais de uma explicitação e fortalecimento de dimensões já presentes, ainda que de forma difusa e, por vezes, tensionadas por outras matrizes formativas, como evidenciado nos documentos institucionais que articulam, nem sempre de forma crítica, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo (CONIF, 2013; CONIF, 2022).

Nesse contexto, destaca-se a criação da Rede IF EcoSol, citada por Krebs e Pereira (2024) como “uma Rede dentro da Rede”. Instituída em 2022, constituiu-se como uma articulação nacional de servidores da RFEPC, com o objetivo de fortalecer ações de Ensino, Pesquisa e Extensão em economia solidária, promovendo troca de experiências e construção coletiva de políticas públicas para o campo (REGO et al., 2025).

Ao potencializar iniciativas locais, articular redes históricas da economia solidária e dialogar com instâncias governamentais – como a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes) –, a Rede IF EcoSol ocupa lugar estratégico na consolidação da economia solidária como campo legítimo da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Sua atuação inclui, entre outras ações, a proposição de diretrizes para políticas públicas, a participação em grupos de trabalho nacionais e a implementação de programas de formação, como o Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional, evidenciando a inserção ativa da Rede Federal na reconstrução das políticas públicas de economia solidária no Brasil (SENAES, 2024a; 2024b).

A partir dessa perspectiva, torna-se importante reconhecer que a presença da economia solidária no âmbito da Educação Profissional, Científica e Tecnológica nem sempre se apresenta de forma explícita ou nomeada diretamente sob essa denominação. Conforme indica Krebs (2025), a análise de documentos institucionais da RFEPECT, dos Institutos Federais e de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão revela que diferentes temáticas e campos de atuação estabelecem aproximações significativas com a formação para o trabalho associado e autogestionário.

Entre essas temáticas destacam-se, além da própria economia solidária, iniciativas vinculadas às comunidades e povos tradicionais, à agroecologia, às tecnologias sociais – ou tecnociência solidária (DAGNINO, 2024) – e às ações voltadas às mulheres, evidenciando um campo ampliado de práticas e saberes comprometidos com a construção de outras formas de produzir, viver e organizar o trabalho. Essas interfaces dialogam diretamente com as diretrizes institucionais da Rede Federal, especialmente no que se refere à territorialidade, à interação com a sociedade e à centralidade de processos educativos voltados à transformação social (CONIF, 2022).

Figura 1 — Temáticas e áreas do conhecimento que dialogam com a formação para o trabalho associado e autogestionário na RFEPECT



Fonte: KREBS, 2025, p.31.

Como representado na Figura 1, essas aproximações indicam que a economia solidária, no contexto da RFEPC, frequentemente se expressa de maneira transversal, articulando dimensões sociais, territoriais, ambientais e culturais da formação. Reconhecer essa diversidade de interfaces permite compreendê-la não apenas como um campo específico de atuação, mas como um horizonte formativo que atravessa distintas práticas educativas e institucionais. A partir desse entendimento, torna-se possível avançar na análise das formas pelas quais esse campo se estrutura e se organiza no país, temática que será aprofundada no capítulo seguinte, dedicado à organização da economia solidária no Brasil.

Referências

ADAMS, T. Educação na economia solidária: desafios e perspectivas. **Educação (Santa Maria)**, Santa Maria, v. 39, p. 577–588, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária – SINAES (Lei Paul Singer). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Plano Nacional de Economia Solidária**. Brasília, DF: MTE, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/123456789/983>. Acesso em: 20 fev. 2026.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **Extensão tecnológica na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: CONIF/Forproext, 2013.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **Revisão das pautas estratégicas: relatório final**. Brasília, DF: CONIF, 2022.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF). **Diretrizes para a curricularização da extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF: CONIF/Forproext/FDE, 2022.

DAGNINO, R. **Tecnociência solidária: um manual estratégico**. Campinas: [s.n.], 2024.

FRIGOTTO, G.; OLIVEIRA, T. F. de. A função social dos Institutos Federais: entre impasses, desafios e possibilidades na encruzilhada brasileira. In: PACHECO, E.; FIORUCCI, R. (org.). **15 anos dos Institutos Federais: história, política e desafios**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2023. p. 90–106.

KREBS, J. R. **A formação para o trabalho associado e autogestionário em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a experiência do Programa EcoViamão/IFRS**. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

KREBS, J. R.; FISCHER, M. C. B. Organização da economia solidária no Brasil. **Publica-IFRS: Boletim de Pesquisa e Inovação**, Bento Gonçalves, v. 2, n. 1, p. 2–11, 2024. DOI: 10.35819/publica-ifrs.v2.n1.a7510. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/publicaifrs/article/view/7510>. Acesso em: 24 dez. 2024.

KREBS, J. R.; PEREIRA, E. G. Produzindo a cultura do trabalho associado: contribuições da Educação Profissional e Tecnológica. In: FISCHER, M. C. B.; CORDEIRO, B.; FERREIRA, J. W. (org.). **Saberes em (trans)formação na economia popular e solidária: produzindo a cultura do trabalho associado**. 1. ed. Porto Alegre: Cirkula, 2024. p. 297–318. Disponível em: <https://online.fliphtml5.com/kfqsf/epyv/#p=7>. Acesso em: 24 dez. 2024.

KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília, DF: INEP, 1991.

LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In: CATTANI, A.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 162–168.

MEDEIROS, A. Os sujeitos da economia solidária no atual contexto do Brasil e o público da política pública. Comunicação apresentada na Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, Brasília, 2025.

RÊGO, D. F. de A.; KREBS, J. R.; RODRIGUES, A. V. N.; ARALDI, E. Rede IF Eco-Sol: trabalho em rede para o fortalecimento da economia solidária na Rede Federal de EPT. **Revista Gestão e Organizações**, v. 10, n. 2, abr./jun. 2025. ISSN 2526-2289.

SANTOS, A. M.; CARNEIRO, V. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade de unidade através da diversidade. **e-Cadernos CES**, Coimbra, v. 1, p. xx-xx, 2008.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmX-drkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2020.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA (SENAES). **Boletim da SENAES – 8ª edição**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, maio 2024a.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA (SENAES). **Boletim da SENAES – 13ª edição**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, jun. 2024b.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA (SENAES). **Boletim da SENAES – 25ª edição**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, set. 2024c.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAPÍTULO 2

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ATORES, REDES E DINÂMICAS DE ORGANIZAÇÃO²

Josiane Roberta Krebs

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
josiane.krebs@viamao.ifrs.edu.br

Maria Clara Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
mariaclara180211@gmail.com

2 Trechos deste capítulo foram publicados no periódico Publica-IFRS: Boletim de Pesquisa e Inovação, em 2024. O artigo completo pode ser conhecido em KREBS, J. R.; FISCHER, M. C. B. Organização da economia solidária no Brasil. Publica-IFRS: Boletim de Pesquisa e Inovação, Bento Gonçalves, v. 2, n. 1, p. 2-11, 2024.

A compreensão da organização da economia solidária no Brasil insere-se no debate mais amplo acerca das transformações no mundo do trabalho e de seus desdobramentos nos processos de formação humana, especialmente no âmbito da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e por intensos processos de reestruturação produtiva, a economia solidária afirma-se como um campo que articula práticas econômicas, formas de organização social e produção de conhecimentos, orientado por princípios como autogestão, cooperação, solidariedade e centralidade do trabalho (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Nessa direção, sua compreensão demanda uma leitura crítica e situada da realidade, entendida como processo histórico e socialmente construído, que potencializa a atuação dos sujeitos na transformação de suas condições de existência. Tal perspectiva aproxima-se dos pressupostos da educação popular, ao reconhecer trabalhadores como sujeitos históricos, produtores de saberes e protagonistas de processos coletivos de organização e luta.

No Brasil, a economia solidária consolidou-se como movimento social e, a partir de 2003, também como política pública, configurando-se como estratégia de enfrentamento às formas precárias de inserção no trabalho e de ampliação das possibilidades de geração de trabalho e renda. Conforme explicitado no Plano Nacional de Economia Solidária (CNES, 2015), trata-se de um conjunto de práticas que envolvem produção, comercialização, consumo e finanças, organizadas coletivamente e orientadas pela autogestão, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida, e não a acumulação de capital.

Nessa perspectiva, a economia solidária pode ser compreendida como parte de um projeto societário contra-hegemônico, que tensiona as bases do modelo econômico dominante e afirma outras formas de produzir, viver e organizar o trabalho (SILVA, 2020). Trata-se, portanto, de um campo que se constrói na articulação entre reflexão e ação – isto é, na práxis –, na medida em que as experiências concretas de trabalho associado se constituem, simultaneamente, como espaços de produção da vida e de produção de conhecimentos.

Esse entendimento é reforçado no processo recente de reconstrução das políticas públicas para o setor, especialmente no âmbito da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (Conaes), realizada em 2025. O processo conferencial, orientado por seu caderno metodológico (SENAES; CONAES, 2024), reafirma a centralidade da participação social, do diálogo e da construção coletiva de diretrizes, evidenciando a economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, inclusão produtiva e democratiza-

ção da economia. Ao mesmo tempo, destaca a necessidade de fortalecimento institucional, ampliação das políticas públicas e reconhecimento da diversidade de sujeitos, saberes e territórios que constituem esse campo.

Nesse cenário, compreender e sistematizar a organização da economia solidária no Brasil torna-se fundamental não apenas para sua visibilização, mas também como estratégia de leitura crítica da realidade e de *práxis* transformadora. Tal sistematização contribui para processos de conscientização, ao possibilitar que sujeitos e coletivos ampliem sua compreensão sobre o campo em que estão inseridos e reconheçam suas possibilidades de ação. Desse modo, trata-se de um processo que articula conhecimento e prática social, fortalecendo processos formativos comprometidos com o trabalho associado e autogestionário, em diálogo com os princípios da educação popular e com a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

A presente análise parte da identificação de uma representação do campo da economia solidária no Brasil, apresentada em forma de diagrama no Atlas da Economia Solidária (SENAES, 2006), elaborado a partir do mapeamento nacional conduzido pela Senaes em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Considerando as transformações ocorridas nas últimas duas décadas, evidenciou-se a necessidade de atualização dessa representação, resultando na construção de uma nova sistematização, referenciada em 2024.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa baseou-se em três procedimentos articulados: (i) análise documental de materiais institucionais e produções do campo da economia solidária, incluindo o Atlas da Economia Solidária (2006), a cartilha do CFES Nacional (2012) e o Caderno de Orientações da 4ª Conaes (2024); (ii) revisão de literatura, com destaque para estudos que abordam o processo histórico e a constituição do campo (SANTOS; CARNEIRO, 2008; SILVA, 2020); e (iii) diálogo com sujeitos do campo, por meio de consulta à Rede Autogestionária de Educação Popular em Economia Solidária, seguido de processo de diálogo e construção coletiva com representantes do movimento.

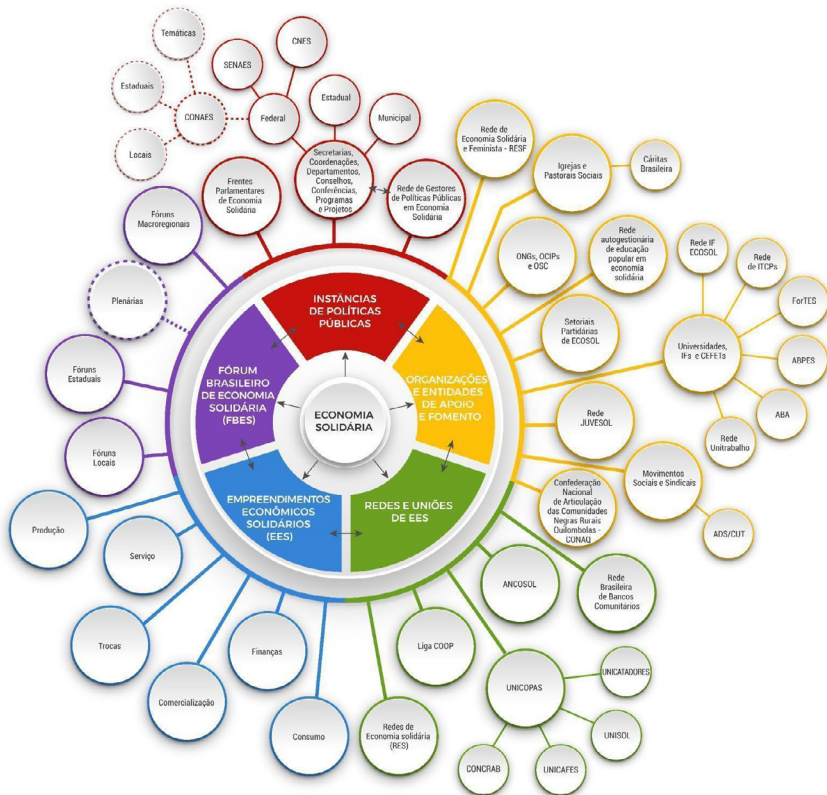
A construção do diagrama resultou de um processo analítico, dialógico e participativo, no qual a representação de 2005 foi tomada como referência inicial, sendo revisada a partir da identificação de permanências, reconfigurações e do surgimento de novos atores e instâncias organizativas. Esse processo incorporou contribuições oriundas da prática social e da experiência acumulada por educadores populares, militantes e trabalhadores da economia solidária, reconhecendo a produção coletiva de saberes como elemento central. Ressalta-se que o diagrama, por estar ancorado nesse percurso metodológico,

está referenciado em 2024, sendo passível de atualização contínua, especialmente à luz das deliberações e dos documentos decorrentes da 4ª Conaes.

À luz dos pressupostos da educação popular, a sistematização do conhecimento configura-se como prática político-pedagógica que articula reflexão crítica, diálogo de saberes e transformação da realidade (FISCHER, 2005; 2012). Nessa direção, a análise da organização da economia solidária no Brasil entre 2005 e 2024 evidenciou tanto a permanência de estruturas organizativas quanto o surgimento de novos arranjos e sujeitos coletivos, indicando um campo em movimento, construído na ação coletiva.

Entre os elementos estruturantes do campo, destacam-se os empreendimentos econômicos solidários (EES), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), as redes e uniões de empreendimentos, as entidades de apoio e fomento e as instâncias de políticas públicas. Esses elementos dão forma a uma configuração organizativa complexa, marcada pela atuação em rede, pela territorialidade das ações e pela articulação entre diferentes escalas – local, regional e nacional. (Figura 2).

Figura 2 – Organização da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Krebs e Fischer (2024).

A apresentação do diagrama em círculo tem por intuito destacar que a economia solidária no Brasil se organiza por meio de diferentes atores sociais que compartilham seus princípios e se materializam de formas diversas. Isso não significa que a atuação de um seja mais importante do que a de outro, mas que desempenham diferentes papéis. Indica, também, a atuação em rede, que amplia a complexidade da experiência de trabalho associado, contribuindo para a compreensão dos atores acerca da totalidade social na qual se inserem. Como destacam Fischer, Cordeiro e Tiriba (2022, p. 10), “as relações entre singularidade, particularidade e totalidade sociais são vividas e percebidas, nesses casos,

em níveis distintos”. No diagrama, setas duplas indicam a articulação entre os diferentes atores e instâncias de organização do movimento.

Cada uma das instâncias que compõem a economia solidária no Brasil é formada por outros atores. Esse desdobramento está representado por círculos que vão diminuindo de tamanho, conectados por linhas contínuas da mesma cor da instância a que estão vinculados, constituindo, assim, uma grande rede. Nessa organização, com ênfase nos espaços de gestão democrática e construção coletiva de diretrizes políticas, destacam-se duas esferas centrais: as plenárias vinculadas ao FBES e as conferências vinculadas às instâncias de políticas públicas. Esses espaços estão representados no diagrama por linhas tracejadas.

Iniciando a leitura do diagrama pelo FBES, além das plenárias como espaços de deliberação, estão representados os fóruns locais, estaduais e macrorregionais, que juntos somam mais de 160 fóruns no país e envolvem mais de 3.000 empreendimentos econômicos solidários (FBES, 2012).

Na sequência, estão os empreendimentos econômicos solidários (EES), que têm como premissa fundamental o trabalho associado e autogestionário. No diagrama, destaca-se que os EES podem ser de produção, serviços, comercialização, trocas, consumo ou finanças. Na área de produção e serviços, identificam-se cooperativas populares, associações, grupos ou coletivos de trabalho e empresas recuperadas, chamando atenção também para a importância, na produção, das indústrias solidárias. Os EES de comercialização podem se organizar por meio de centrais comerciais, lojas solidárias e feiras de economia solidária. Nas trocas, foram mapeados grupos de troca e redes solidárias. Já no campo do consumo, sobressaem cooperativas populares, associações, grupos ou núcleos de consumo, bem como o fundo de pasto. Por fim, no segmento das finanças, encontram-se cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos rotativos solidários.

No diálogo com representantes do movimento de economia solidária no Brasil, algumas áreas foram realçadas, como arte e cultura, extrativismo e tecnologia digital, compreendidas como parte dos segmentos supramencionados. Também foi ressaltada a organização de comunidades e povos tradicionais, que possuem características próprias e que podem estar incorporadas ao campo da economia solidária.

Muitos EES constituem uniões e redes, instância que aparece na sequência da leitura do diagrama. Nela, estão a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (Unicopas), da qual participam a Confederação das Co-

operativas da Reforma Agrária do Brasil (Concrab), a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), a Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários (Unisol) e a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (Unicatadores); a Associação Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Familiar e Solidária (AncosOLL); a Rede Brasileira de Bancos Comunitários; as Redes de Economia Solidária (RES), como a Rede Justa Trama e a Rede Xique Xique, entre outras; e a Federação Nacional das Cooperativas de Mobilidade Urbana (Liga Coop).

Também fazem parte da organização da economia solidária no Brasil as entidades e organizações de apoio e fomento, entre elas: Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs); igrejas e pastorais sociais, como a Cáritas Brasileira; movimentos sociais e sindicais, como a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); setoriais partidárias de economia solidária; universidades, Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), por meio da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (Rede Unitrabalho) e da Rede de Economia Solidária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede IF EcoSol); o Fórum de Tecnologia Social e Economia Solidária (ForTES); a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES); a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); a Rede Autogestionária de Educação Popular em Economia Solidária; a Rede Juventudes e Economia Solidária (Juvesol) e a Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Por fim, destacam-se as instâncias de políticas públicas de economia solidária, que envolvem secretarias, coordenações, departamentos, conselhos, instâncias de participação, programas e projetos, tanto na esfera federal quanto nas esferas estaduais e municipais. Nesse cenário, ressaltam-se a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes) e o Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária (CNES), fundamentais para o fortalecimento da economia solidária como política pública no Brasil. Destacam-se, ainda, as Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes), como espaços de participação social na construção das políticas públicas, com etapas preparatórias que incluem conferências temáticas, estaduais e locais. Também integram esse conjunto a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária e as Frentes Parlamentares de Economia Solidária, em âmbito nacional, estadual e municipal.

A sistematização apresentada busca, portanto, expressar a complexidade e a dinamicidade da economia solidária no Brasil, reconhecendo que se trata de um campo em permanente construção. Mais do que uma representação estática, o diagrama configura-se como ferramenta analítica, pedagógica e política, capaz de subsidiar processos de formação, planejamento e articulação nos territórios, contribuindo para a leitura crítica da realidade e para a construção de práticas transformadoras.

Destaca-se que o reconhecimento das organizações e instâncias presentes em cada território é fundamental para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e de suas redes. Esse reconhecimento constitui etapa estratégica nos processos de incubação, especialmente no trabalho desenvolvido pelas incubadoras tecnológicas de economia solidária, que atuam na integração entre diagnóstico territorial, formação crítica e organização coletiva, em uma perspectiva dialógica e emancipatória.

Por fim, entende-se que esta sistematização pode contribuir para que sujeitos e organizações se reconheçam como parte de um campo mais amplo, identifiquem possibilidades de articulação e fortaleçam práticas econômicas contra-hegemônicas. Ao mesmo tempo, evidencia-se a necessidade de aprofundamento de estudos sobre os diferentes atores que compõem esse campo, bem como de atualização contínua das análises, especialmente à luz dos desdobramentos recentes das políticas públicas e das deliberações da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária. Nessa direção, reafirma-se a economia solidária como prática social, campo de conhecimento e projeto político-pedagógico orientado à construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Referências

BRASIL. **Decreto 5.811 de 21 de junho de 2006**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm Acesso em: 26 nov. 2024.

CNES. Conselho Nacional de Economia Solidária (Brasília). **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019)**. Brasília: CNES, 2015. Disponível

em <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/983/1/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf> Acesso em: 01 jul. 2024.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.** [2012?]. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/#:~:text=A%20Plen%C3%A1ria%20Nacional%20%C3%A9%20a,Nacional%20e%20a%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20Executiva>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FISCHER, Maria Clara Bueno. The methodology of ‘Systematisation’ and its Relevance to Academy . In: CROWTHER, Jim; GALLOWAY, Vernon; MARTIN, Ian (orgs.). **Popular Education: engaging the academy: international perspectives.** Leicester: Niace, 2005, p.123-134.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Uma outra produção, validação e legitimação de saberes é possível... e necessária. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 63–72, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8974>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FISCHER, Maria Clara Bueno; CORDEIRO, Betânia; TIRIBA, Lia. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. **Revista HISTEDBR**, on-line, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666486>. Acesso em: 16 jul. 2024.

KREBS, J. R.; FISCHER, M. C. B. Organização da economia solidária no Brasil. Publica-IFRS: Boletim de Pesquisa e Inovação, Bento Gonçalves, v. 2, n. 1, p. 2–11, 2024.

SANTOS, Aline; CARNEIRO, Vanderson. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade de unidade através da diversidade. **E-cadernos CES** [online], v. 1, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1260>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária (Brasília). **Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005.** Brasília: MTE; SENAES, 2006. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf Acesso em: 01 jul. 2024.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária (Brasília). **Projeto Nacional de Formação em Economia Solidária - CFES Nacional.** Economia Solidária: documentos, trajetórias e organização do movimento. Brasília: SENAES, 2012.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária; CONAES. Conselho Nacional de Economia Solidária. **Caderno de Orientações Metodológicas para a 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária.** Brasília: SENAES; CONAES, 2024. Disponível em https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Abril/Caderno_Orientacoes_Metodologicas_4CONAES_v2.pdf Acesso em: 01 jul. 2024.

SILVA, Sandro Pereira. O campo de pesquisa em economia solidária no Brasil: histórico, abordagens metodológicas e dimensões analíticas. In: SILVA, Sandro Pereira. (org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil:** organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020, v. 1, p. 19-44.

CAPÍTULO 3

EXPERIÊNCIAS DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A sistematização e a análise de experiências concretas constituem elemento fundamental para a produção de conhecimento no campo da economia solidária e das incubadoras tecnológicas. Mais do que exemplos ilustrativos, as experiências revelam processos, metodologias, desafios e aprendizados construídos no cotidiano das práticas institucionais e territoriais. Ao registrar e compartilhar essas iniciativas, torna-se possível ampliar a compreensão sobre diferentes formas de organização da incubação em economia solidária, bem como identificar caminhos, estratégias e arranjos institucionais que têm contribuído para o fortalecimento do trabalho associado e autogestionário.

No contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária têm se constituído como importantes espaços de articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, promovendo processos formativos que envolvem estudantes, servidores e comunidades em iniciativas voltadas ao desenvolvimento territorial, à geração de trabalho e renda e à construção de tecnologias sociais. As experiências desenvolvidas nesses ambientes evidenciam a diversidade de práticas, metodologias e áreas de atuação presentes nas diferentes regiões do país.

Com o objetivo de revelar tal diversidade e contribuir para a visibilidade das iniciativas existentes, este capítulo apresenta dez experiências de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária vinculadas a Institutos Federais, localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. As experiências aqui reunidas permitem observar variadas trajetórias institucionais, formas de organização e estratégias de atuação.

Ao apresentar essas experiências, busca-se não apenas registrar práticas institucionais, mas também contribuir para o fortalecimento das incubadoras e para a circulação de conhecimentos produzidos no interior da Rede Federal, demonstrando o potencial dessas iniciativas como espaços de inovação, produção coletiva de conhecimento e construção de alternativas econômicas orientadas pela cooperação e pela autogestão. Nesse sentido, as experiências aqui reunidas revelam caminhos possíveis para transformação social e fortalecimento das formas organizativas de trabalhadores, comunidades e territórios, reafirmando o papel das incubadoras tecnológicas de economia solidária na promoção de processos de desenvolvimento mais justos, participativos e solidários.

1ª EXPERIÊNCIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA PARA O FORTALECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (IFSOL/IFRN)

Lidiane de Medeiros Lucena Saraiva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

lidiane.medeiros@ifrn.edu.br

Ermerson de Oliveira Capistrano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

ermerson.capistrano@ifrn.edu.br

Luciana Maria Araújo Rabelo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

luciana.rabelo@ifrn.edu.br

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo

Instituto Federal de Alagoas

diogo.rego@ifaledu.br

1 CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO

Voltada para os princípios e os valores da Economia Popular Solidária, a Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (IFSol) do IFRN desenvolve ações de incubação por meio de assessoramento e consultoria a grupos produtivos que tenham o propósito de trabalhar de forma autogestionária. Com atuação junto às cooperativas, associações, grupos populares ou outras formas organizativas, tem ainda como

fundamento essencial apoiar empreendimentos onde não haja hierarquia de trabalho entre patrão e empregado.

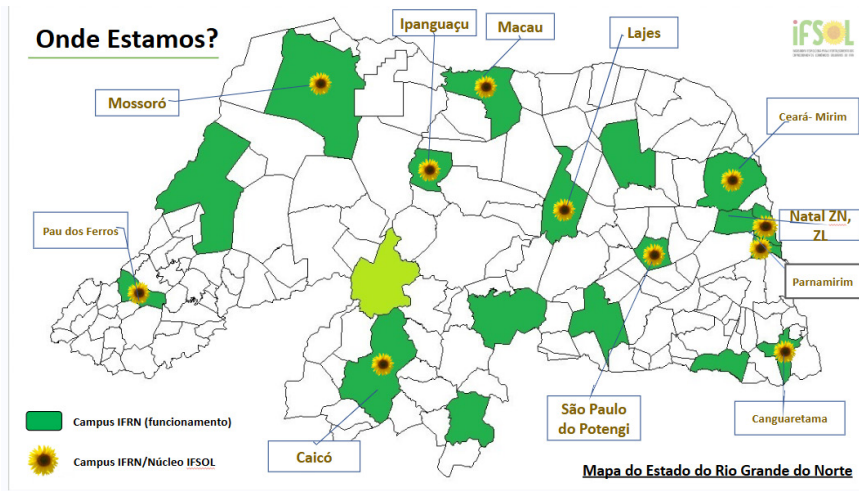
O objetivo desta incubadora é, portanto, contribuir para a geração de trabalho e renda, desenvolvimento da economia local, construção de redes solidárias e redução das desigualdades sociais por meio da inclusão social, produtiva e econômica (CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2018).

Além disso, a IFSol está voltada para a formação e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos nos empreendimentos econômicos solidários (EES), bem como busca aproximar os servidores discentes na discussão do tema de economia solidária. Isso por meio de assessorias na área de comercialização e articulação em rede, desenvolvidas pelos professores, técnicos e discentes, atrelando conhecimentos aprendidos em sala de aula e prática junto aos empreendimentos.

Atualmente, a incubadora está presente em 12 *campi* e atua em núcleos, distribuídos tanto na capital quanto no interior do estado do Rio Grande do Norte (RN), nas seguintes localidades: Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Ipanguaçu, Lajes, Macau, Mossoró, Natal – Zona Leste, Natal – Zona Norte, Parnamirim, Pau dos Ferros e São Paulo do Potengi. A Figura 1 demonstra a distribuição atual.

Dados de 2025 obtidos na Assembleia Anual da Incubadora – a estrutura de pessoal presente nos Núcleos da IFSol –, indicam a participação de 34 servidores, sendo todos docentes do IFRN, e mais 83 estudantes. Dos alunos envolvidos, têm-se tanto bolsistas quanto voluntários nas mais diversas áreas, com matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no técnico integrado, no nível superior e na pós-graduação *lato sensu*, além de egressos.

Em termos de dimensão geográfica, as ações da incubadora atendem Empreendimentos Econômico Solidários (EES) nas quatro mesorregiões, em mais de 25 municípios do estado, o que reforça a capilaridade do projeto (IFRN, 2025).

Figura 1 — Distribuição Geográfica da IFSol/RN por Núcleos

Fonte: Adaptado de Portaria nº 829/2025 – RE/IFRN (2025) e dados da Assembleia Anual (2025)

Conforme regimento interno vinculado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRN, a dinâmica de funcionamento da incubadora é realizada por um coordenador geral, servidor do IF, escolhido democraticamente via assembleia anual, dentre todos os participantes. Quanto aos núcleos que estão nos *campi*, possuem, no mínimo, um coordenador (servidor do IFRN), que desenvolve ações em rede com outros núcleos ou conforme demanda específica da comunidade ou EES atendido; como também um aluno integrando a equipe (CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2018).

Em outras palavras, o Núcleo da IFSol conta com uma equipe voltada ao acompanhamento dos EES de seu respectivo território. As equipes atuam sob uma mesma perspectiva metodológica e de forma integrada, sendo que cada núcleo possui competências específicas, relacionadas aos cursos técnicos do respectivo *campus*. Contudo, o conjunto se organiza de forma articulada com as competências dos demais núcleos, possibilitando o atendimento integral aos EES.

No regimento interno, está previsto que a Assembleia Geral seja realizada uma vez ao ano, com a participação de membros dos núcleos (servidores e estudantes), da gestão central do IFRN e de representantes dos empreendimentos assessorados. Na ocasião, ocorre a prestação de contas das ativida-

des desenvolvidas, bem como o planejamento e a definição de encaminhamentos para o ano seguinte. A Figura 2 registra a participação dos integrantes da incubadora na edição mais recente da assembleia.

A IFSol também realiza discussões a partir de quatro grupos de trabalhos (GTs) distribuídos em: Metodologia, Produção Científica, Comunicação e Formação. Esses GTs são constituídos por servidores dos diversos núcleos para otimizar e melhorar a atuação da incubadora na comunidade acadêmica e na sociedade.

Figura 2 — Assembleia geral IFSol 2025



Fonte: Acervo próprio IFSOL (2025)

A estrutura física desses núcleos é variada e apresenta diferentes estágios de consolidação, o que evidencia a necessidade de busca permanente por espaços adequados e por mais suporte tecnológico para o desenvolvimento das atividades. Nesse ínterim, a IFSol conta com apoio institucional e financeiro da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) do IFRN, que fomenta a participação da incubadora em iniciativas institucionais e científicas, além de conceder auxílio financeiro a estudantes.

Acrescenta-se, ainda, a busca, por parte dos membros da incubadora, por financiamento junto ao governo federal, com o objetivo de ampliar o número de iniciativas e fortalecer a captação de recursos.

2 METODOLOGIA DE ATUAÇÃO DA IFSOL

O método proposto pela IFSol baseia-se em quatro diretrizes fundamentais. A primeira é a pesquisa-ação, que segue um ciclo de aprimoramento contínuo, marcado pela alternância entre a intervenção na realidade e a investigação sobre ela, promovendo o aperfeiçoamento permanente das práticas.

A segunda diretriz é a educação popular, entendida como instrumento de transformação social, por meio de uma abordagem pedagógica libertadora, comprometida com as necessidades das classes populares e voltada ao fortalecimento da autonomia e da organização coletiva dos sujeitos. Trata-se, portanto, de uma ação dialógica que valoriza o saber popular na construção do processo educativo, desenvolvendo-se, preferencialmente, nos contextos em que as atividades econômicas se realizam e considerando as especificidades da realidade local.

A terceira refere-se à emancipação e à autonomia do trabalhador, reconhecendo-o como protagonista. Essa perspectiva amplia seu domínio sobre os conhecimentos construídos, ao mesmo tempo em que lhes atribui responsabilidades no processo formativo e em seus resultados.

Por fim, a quarta diretriz diz respeito ao fortalecimento da autogestão e à sustentabilidade das iniciativas. Essa sustentabilidade envolve dimensões internas e externas aos grupos e articula-se à busca por equilíbrio entre dimensões econômica e política da atuação coletiva. .

O processo de incubação dos EES organiza-se em três etapas: pré-incubação, incubação e pós-incubação. A pré-incubação compreende a fase de seleção e conhecimento da realidade dos empreendimentos a serem acompanhados. Nessa fase, são definidos os requisitos necessários para o desenvolvimento das etapas seguintes, como, por exemplo, a participação em formações sobre economia solidária, área gerencial e técnica do empreendimento. Também é firmado um termo inicial de responsabilidade com o(s) empreendimento(s) selecionado(s), a fim de pactuar os compromissos de ambas as partes.

A fase da Incubação tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da autogestão e da sustentabilidade dos empreendimentos. Engloba a elaboração do diagnóstico, com base nas necessidades identificadas anteriormente. O planejamento das ações também integra esse momento, tendo em vista a importância dos membros da incubadora e representantes dos EES compartilharem percepções e definirem os próximos passos. Além disso, desenvolve-se

mia solidária de modo geral. Os núcleos organizam feiras nas dependências dos *campi* com os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) assessorados, além de viabilizarem sua participação em eventos externos. Adicionalmente, a maioria das unidades promove capacitações que mobilizam a expertise de docentes e discentes para o aprimoramento da gestão e produção desses grupos.

Entre os resultados apresentados na última assembleia da incubadora, destaca-se o aumento de sua visibilidade junto à comunidade acadêmica, evidenciado pela criação de uma *newsletter* mensal direcionada para o público interno, pelo desenvolvimento de um site próprio para divulgação das ações desenvolvidas e dos EES associados como as demais atividades desenvolvidas pela IFSol, pelo crescimento do número de servidores e estudantes participantes e pela ampliação dos empreendimentos assessorados

Apesar dos avanços, a IFSol ainda enfrenta desafios importantes para o seu fortalecimento. Entre eles, destacam-se o número reduzido de servidores e alunos envolvidos nos núcleos e a limitação de incentivos financeiros, o que pode levar à descontinuidade da participação discente.

Somam-se a isso restrições estruturais e orçamentárias, como a obsolescência de equipamentos, a escassez de recursos para a qualificação discente e dificuldades logísticas, a exemplo da falta de transporte institucional. Como consequência, observam-se fragilidades na rede de cooperação e limitações no acesso a insumos básicos, o que gera entraves operacionais e dificulta o atendimento, com a eficácia necessária, à crescente demanda dos parceiros do movimento de economia solidária. De forma geral, a IFSol mantém o compromisso de articular novas parcerias que ampliem sua contribuição nesse campo. Tais desafios são compreendidos não como barreiras intransponíveis, mas como oportunidades estratégicas para a reestruturação da incubadora e a intensificação da divulgação de suas ações. Ao transformar obstáculos em vetores de inovação, busca-se ampliar o engajamento nos núcleos e consolidar o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, assegurando a sustentabilidade e o impacto social de suas iniciativas.

Referências

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (Instituto Federal do Rio Grande do Norte). Deliberação de nº 26/2018. Aprova o Regimento da Incu-

badora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFSOL/IFRN). **CONSEPEX/Deliberações**. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consepex/deliberacoes/2018/deliberacao-no-26-2018/view> Acesso em: 26 de out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Portaria nº 829/2025 – RE/IFRN. Natal: IFRN, 2025.

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Etiane Araldi

Instituto Federal do Rio de Janeiro
etiane.araldi@ifrj.edu.br

Mariana Morette Pan

Instituto Federal do Rio de Janeiro
mariana.pan@ifrj.edu.br

Roberta Pereira Furtado da Rosa

Instituto Federal do Rio de Janeiro
roberta.rosa@ifrj.edu.br

Paulo André Ferreira

Instituto Federal do Rio de Janeiro
paulo.andre@ifrj.edu.br

1 AS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO INSTITU- TO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

No Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária foram implantadas em diferentes momentos nos *campi*, na forma de programas e projetos de Extensão, a partir de demandas e processos de organização locais. Atualmente, encontram-se em funcionamento duas incubadoras, localizadas nos *campi* Realengo e Niterói.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do *Campus* Realengo foi criada em 2014, a partir dos editais MCTI/Secis/MTE/Senaes/CNPq

n. 089/2013 e CNPq/MTb-SENAES N° 27/2017. Desde então atua no campo de inclusão social pelo trabalho de usuários dos serviços de saúde mental e populações em vulnerabilidade no território da Zona Oeste do Rio de Janeiro, e, mais recentemente, em Niterói.

Já no *Campus* Niterói, a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES), iniciou sua atuação em 2019, no contexto de implantação do próprio *campus* na cidade de Niterói. Constituiu-se em um vínculo estreito com o Fórum Municipal de Economia Solidária, instância que representa o movimento social de economia solidária do município, e hoje atua também em parceria com o poder público, no campo das políticas públicas, a partir do crescente investimento da Prefeitura nessa área.

Ambas as incubadoras atuam fortemente no eixo da Extensão e são constituídas por uma equipe de servidores e discentes, bolsistas e voluntários, vinculados aos diferentes projetos (Extensão, Pesquisa e Inovação) que constituem o escopo de atuação da incubadora. Ainda não contam com uma linha de fomento específica, dependendo da aprovação de projetos em editais internos e externos para o seu funcionamento. Ainda assim, possuem atuação de alto impacto em seus territórios, tendo conquistado ao longo de sua trajetória um amplo reconhecimento das comunidades e territórios em que atuam.

2 HISTÓRICO

A ITCP Realengo foi implantada com apoio de editais do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), voltados ao financiamento de projetos de Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e Extensão para incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). A partir desses editais, foi possível implementar espaços tecnológicos de produção no próprio *campus*, os quais subsidiaram diversas ações de incubação, tais como uma cozinha experimental e um ateliê equipado com insumos e materiais voltados à produção de cerâmica e ao desenvolvimento de diferentes técnicas artesanais. O apoio obtido também viabilizou processos formativos e o desenvolvimento de projetos no âmbito dos serviços integrantes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Rio de Janeiro. Desde sua implantação, a atuação da ITCP Realengo volta-se para o campo da inclusão social pelo trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade, como usuários da rede socioassistencial e, especialmente, usuários da saúde mental. Tal direcionamento relaciona-se à composição de sua equipe e às particularidades formativas do

campus, que conta com itinerários de formação no campo da saúde, favorecendo a articulação entre Extensão, formação profissional e políticas públicas.

Cabe destacar que a articulação entre os campos da saúde mental e da economia solidária mostra-se particularmente profícua, uma vez que ambos se orientam para a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade por meio do trabalho cooperado e autogestionado, o qual fortalece a autonomia, a cidadania e a garantia de direitos, em contraposição aos modelos tradicionais do mercado de trabalho competitivo.

A ITES Niterói iniciou seu processo de implantação ainda em 2018. O movimento se deu a partir da formação de uma equipe de servidores e estudantes voluntários interessados na temática, que passaram a se reunir para estudos e elaboração do primeiro projeto de Extensão, aprovado em edital interno da instituição em 2019 (BENSADON & ARALDI, 2020). A partir de então, foi estabelecida uma sólida parceria com o Fórum Municipal de Economia Solidária e, desde 2020, a ITES atua permanentemente na formação e assessoria de EES vinculados ao Fórum e cadastrados no Centro Público de Economia Solidária da cidade de Niterói. A incubadora acompanhou o crescimento exponencial da economia solidária (Ecosol) no município, a partir da implementação de políticas públicas, também assessoradas pela incubadora, e que hoje garantem inclusive fomento direto do poder público aos EES. Nesse apoio ao movimento social de Ecosol de Niterói, a ITES oferece ciclos formativos mensais de introdução à economia solidária, além de oficinas temáticas nos mais diversos temas, a partir das demandas desses trabalhadores/trabalhadoras em áreas como: artesanato, feiras, cooperativismo, sustentabilidade e formação política. Também já ofereceu alguns ciclos de assessoria direta a empreendimentos, selecionados a partir de chamada pública ou decorrentes de cursos de extensão promovidos pela instituição. Junto ao poder público, atua no Conselho Municipal de Economia Solidária, assessorando a gestão em demandas como elaboração de programas, editais, divulgação das políticas públicas, entre outras.

Ambas as ITES integram redes de organização de incubadoras em âmbito nacional, desenvolvem ações e projetos no território e apoiam a organização de coletivos que têm como pauta a geração de trabalho e renda, além de apoiar a oferta de itinerários formativos, como cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no campo da economia solidária.

3 AVANÇOS

O escopo das ações da ITCP Realengo volta-se à inclusão social pelo trabalho de populações em situação de vulnerabilidade, em especial de usuários das redes socioassistencial e de saúde mental. Entre essas ações, destacam-se a implantação da Escola Livre de Artesania, que deu origem ao EES Artesania Real; a realização de Oficinas de Cerâmica em parceria com serviços de saúde mental da Zona Oeste, posteriormente constituídas como EES; e a incubação de iniciativas de geração de trabalho e renda nos espaços produtivos do *campus*, junto a diferentes públicos do território.

A partir de 2024, a incubadora passou a atuar de forma ampliada por meio da parceria com o Fórum Intersetorial de Geração de Renda, Arte e Cultura da Zona Oeste, coletivo que congrega trabalhadores, usuários e familiares da rede de saúde mental. Essa articulação possibilitou orientar o processo de incubação para mais iniciativas, fortalecendo a organização coletiva e a articulação territorial, em contraposição à atuação junto a empreendimentos de forma individualizada.

Figuras 01 e 02 — Ações na Zona Oeste: Reuniões mensais do Fórum e o 1º Encontro de Oficinas de Geração de Renda e Saúde Mental da Zona Oeste



Fonte: Acervo próprio (ITCP/IFRJ)

Em 2025, as ações foram expandidas pela articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município de Niterói, por meio do acompanhamento de oficinas e iniciativas de geração de trabalho e renda desenvolvidas nos serviços de saúde mental.

Figuras 03 e 04 — Ações em Niterói: Oficinas “Trilhando caminhos de inclusão sócio-
-produtiva” e Gestão financeira dos EES na Casa da Economia Solidária Paul Singer



Fonte: Acervo próprio (ITCP/IFRJ)

As ações desenvolvidas pela ITCP Realengo na Zona Oeste do Rio de Janeiro e em Niterói concentram-se no fortalecimento da comercialização, no estímulo à sustentabilidade das iniciativas, no favorecimento de parcerias interinstitucionais e territoriais e no desenvolvimento de metodologias formativas e de avaliação, visando à construção de ações que também se afirmam como impulsionadoras de políticas públicas.

Como desdobramentos, foram viabilizados encontros formativos e de articulação entre iniciativas, a conquista de espaços de comercialização para os empreendimentos e a produção de um documentário³ que registra e dá visibilidade às experiências de geração de trabalho e renda no campo da saúde mental na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Prevê-se, ainda, a produção de material audiovisual sobre as experiências desenvolvidas em Niterói.

A atuação da ITCP nos dois territórios possibilitou o mapeamento das iniciativas, a construção de diagnósticos coletivos – permitindo o levantamento das principais demandas dos grupos – e a realização de oficinas voltadas à qualificação técnica e à gestão financeira. Os resultados evidenciam o amplo alcance das ações da incubadora e de sua prática extensionista, com impacto sobre centenas de pessoas, diversas instituições, coletivos e movimentos sociais. Tais ações apontam caminhos e funcionam como estímulo à formulação e ao fortalecimento de políticas públicas de economia solidária, bem como à consolidação de práticas da Reforma Psiquiátrica baseadas no cuidado em liberdade. Nesse contexto, o trabalho se afirma como elemento central de inclusão social e de produção de cidadania.

3 Disponível em: <https://youtu.be/S0oddP0JibQ>

Em Niterói, o Circuito Araribóia de Feiras de Economia Solidária, uma das ações apoiadas pela ITES por meio de formações e assessorias, gerou, em 2025, mais de três milhões de reais. A própria feira realizada no *campus* do IFRJ tem gerado, a cada edição, em torno de quatro mil reais. Outra política pública municipal apoiada pela ITES, o edital de fomento aos EES da economia solidária, distribui, a cada semestre, dois milhões de reais diretamente aos empreendimentos, sendo uma parcela significativa deles assessorados pela incubadora.

Esses impactos na geração de fomento e renda são o resultado de anos de parceria entre a incubadora e o movimento social do município, que conseguiu conquistar as políticas públicas municipais, hoje coordenadas pela Secretaria Municipal de Economia Solidária e Assistência Social, em cogestão com o movimento e tendo a assessoria da incubadora e outras entidades de apoio e fomento do território.

No âmbito da formação, a ITES, desde 2020, oferta regularmente ciclos formativos e oficinas, atendendo, em média, 500 trabalhadoras/trabalhadores da Ecosol por ano. Em 2025, as oficinas focaram nos temas Curadoria para Artesãos, Formação de Grupos Produtivos e Associativismo/Cooperativismo. As atividades ocorreram em Niterói e contaram também com participantes de outros municípios da região: Rio de Janeiro, Itaboraí, Maricá e São Gonçalo. A variedade de empreendimentos foi bastante diversa, abrangendo segmentos da agroecologia, do artesanato, da culinária, da arte têxtil, da arte criativa, da pesca e do turismo de base comunitária, entre outros.

Figuras 05 e 06 — Oficinas realizadas em parceria com o Fórum Ecosol Niterói



Fonte: Acervo próprio (ITES/IFRJ)

As formações e oficinas da ITES são ministradas sempre em parceria entre educadores populares do Fórum formado pela incubadora e estudantes bolsistas, muitos do ensino médio técnico. Essa tem sido uma estratégia relevante de fortalecimento da educação popular voltada à economia solidária em Niterói (ARALDI ET AL., 2024). Entre os avanços observados nas formações, destacam-se: a apropriação de conceitos como curadoria de produtos, *marketing* solidário e planejamento estratégico; o interesse coletivo pela autogestão, comunicação interna e controle social dos empreendimentos; a ampliação da compreensão sobre os modelos de organização coletiva, sobretudo as diferenças entre associações e cooperativas; o fortalecimento da rede de apoio e trocas entre os EES, reafirmando a importância das oficinas como espaços de construção crítica e ação territorial, promovendo integração entre sujeitos diversos e valorizando os saberes populares e técnicos em favor da transformação social.

A atuação das incubadoras tecnológicas de economia solidária da instituição tem também impacto na formação discente. Ao longo dos anos de existência das duas incubadoras, integraram a equipe dezenas de estudantes de ensino médio técnico, graduação e pós-graduação, de variados *campi*. Os/as estudantes das ITES do IFRJ relatam os efeitos de sua participação na incubadora em sua formação política e ética, em consonância com os princípios da formação humana integral que orientam a Educação Profissional e Tecnológica (GUERGOLETTTO, 2025).

Nesse contexto, as incubadoras do IFRJ, a partir das parcerias estabelecidas, vêm desenvolvendo uma atuação territorial integrada, que articula formação profissional e técnica, práticas extensionistas, Pesquisa e Inovação, fundamentadas em ações dialógicas, na educação popular e na construção compartilhada do conhecimento.

4 Desafios

Entre os principais desafios enfrentados pelas incubadoras do IFRJ, destacam-se a ausência de fomento institucional próprio e contínuo; a morosidade nos processos de formalização institucional das incubadoras; as equipes reduzidas frente ao volume e à complexidade das demandas assumidas; e as dificuldades de articulação entre as incubadoras e outros atores do IFRJ envolvidos com a economia solidária, em grande medida decorrentes do acúmulo de demandas institucionais e de trabalho.

No momento, os projetos desenvolvidos pelas incubadoras não contam com bolsas específicas nem recursos financeiros provenientes de agências de fomento ou de instituições externas ao IFRJ. O apoio institucional ocorre, majoritariamente, por meio de editais de Pesquisa, Extensão e Inovação, que se configuram como os principais mecanismos de sustentação dessas iniciativas, como os editais integrados do IFRJ, publicados anualmente. Cabe ressaltar, ainda, que a própria estrutura física dos *campi* impõe limites ao desenvolvimento das ações, com a indisponibilidade de espaços adequados para a realização das atividades.

Diante da diversidade de projetos e parcerias desenvolvidas pelas incubadoras, constitui-se como desafio central a existência de fomento institucional direcionado especificamente a essas iniciativas, de modo a viabilizar a aquisição de insumos, a contratação de profissionais e técnicos, e a concessão de bolsas a estudantes. O fortalecimento desse apoio permitiria ampliar o alcance, implantar novas incubadoras em outros *campi*, bem como fortalecer a continuidade e o impacto das ações desenvolvidas.

Referências

ARALDI, E.; FERREIRA, P. A. ; SALGADO, S. C. ; SILVA, M. P. . Educação Popular, Economia Solidária e Educação Profissional e Tecnológica. In: **IV Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária**, 2024, São Paulo. Anais do IV Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária (CONPES), 2024.

BENSADON, L. S. ; ARALDI, E. Implementando uma ITES em um Instituto Federal: Economia Solidária no ambiente da Educação Profissional e Tecnológica. In: **XIII Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária**, 2020, Castanhal-PA. Anais do XIII Sicoopes, 2020.

GUERGOLETTTO, Gustavo Bigetti. **As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e a proposta de formação integral dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: aproximações práticas e conceituais**. 2025. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

3ª EXPERIÊNCIA

INCUTES: UMA TRAJETÓRIA DE COMPROMISSO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA

Ana Paula de Souza Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
ana.almeida@ifpb.edu.br

Andreza Ferreira Lima Paiva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
andreza.paiva@ifpb.edu.br

Júlio Zinga Suzuki Lopes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
julio.lopes@ifpb.edu.br

Tatiana Losano de Abreu

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
tatiana.abreu@ifpb.edu.br

Rômulo Leite Amorim

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
romulo.amorim@ifpb.edu.br

Wiliane Viriato Rolim

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
wiliane.rolim@ifpb.edu.br

1 Introdução

Criada em 2007, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (Incutes) é um órgão sistêmico vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Surgiu da chamada nacional do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), daquele ano, e teve como madrinha a incubadora da Universidade Federal da Paraíba - Incubes. Essa parceria que, durante os dois primeiros anos caracterizou-se pela formação e orientação, é contínua.

A regulamentação institucional da Incutes foi consolidada pela Resolução nº 12/2013-CS/IFPB, que reconheceu formalmente seu papel como instrumento estratégico para o desenvolvimento local e a inclusão social. Integra a Rede ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) e a Rede IFEcosol, que articula ações entre Institutos Federais comprometidos com a economia solidária.

A Incutes tem como propósito incubar, assessorar e apoiar grupos produtivos e empreendimentos populares que atuam coletivamente, com base nos princípios da economia solidária. Desde o início, a incubadora tem direcionado esforços para o fortalecimento de coletivos femininos em contextos urbanos e rurais. A atuação junto a empreendimentos comunitários liderados por mulheres consolidou-se como uma de suas marcas, promovendo autonomia econômica e protagonismo feminino por meio da cooperação e da autogestão.

2 METODOLOGIA

A atuação da Incutes está alicerçada no método do materialismo histórico dialético, com foco nas comunidades em seus territórios. A metodologia combina pesquisa-ação, incubação solidária e desenvolvimento de tecnologias sociais, promovendo o protagonismo das comunidades envolvidas. Tendo como objetivo a transformação social, a pesquisa-ação caracteriza-se pela construção conjunta do conhecimento, busca e implementação de soluções.

A incubação solidária considera a necessidade de fortalecimento dos vínculos do grupo, desenvolvendo as noções de pertencimento, de sujeito coletivo e de responsabilidade compartilhada. Dessa forma, prima pela consciência de que é fundamental o “fazer com”, próprio de práticas realmente transformadoras, em detrimento do “fazer para”, próprio das práticas assistencialistas.

As tecnologias sociais têm como fundamento exatamente essa participação ativa da comunidade demandante tanto na construção quanto na utilização de métodos, processos e produtos inovadores. Uma vez que o Instituto Federal da Paraíba é uma entidade de produção de conhecimento voltado para as tecnologias, a Incutes exerce esse papel ativo de disputa no campo da valorização da participação da comunidade nas tecnologias.

3 Principais Projetos e Experiências

Nos primeiros anos, de 2007 a 2014, foi realizado o projeto inicial de incubação de grupos produtivos autogestionários. Mesmo depois da pós incubação, quando os grupos já apresentavam autonomia, a relação com a incubadora não deixou de existir, transformando-se em outro patamar, da participação conjunta em feiras e eventos e da busca de assessoria para diversificação de produtos e negócios. Em 2013, durante o III Enex, Encontro de Extensão do IFPB, contando com a presença do secretário nacional da Economia Solidária, Paul Singer, lançou o livro “Mãos que constroem vidas”, com o relato das experiências realizadas.

A partir de 2015, com a criação da Rede Rizoma, a Incutes passou a se organizar em núcleos nos *campi* em uma política de capilarização da Extensão em economia solidária. Entre 2015 e 2017, desenvolveu projeto sob edital do CNPq, de fortalecimento de quatro grupos produtivos. Foi muito importante na história da Incutes, pela dimensão do projeto e suas consequências: o espaço físico da incubadora foi ocupado por um dos empreendimentos, promovendo experiência ímpar na instituição e os grupos assessorados cresceram e passaram por modificações significativas.

Entre 2017 e 2019, participou de experiência do curso EJA EPT de Organização de Eventos: um grupo autogestionário, o Águias. Este grupo realizou trabalhos na sua área de atuação, sempre sob os princípios da economia solidária.

Figuras 01 e 02 — Grupo Incubado pela INCUTES na cidade de Pedras de Fogo e Integrasol-Seminário de Integração de Empreendimentos Solidários em Guarabira



Fonte: Acervo próprio (INCUTES/IFPB).

3.1 Expansão Territorial e Núcleos Descentralizados

3.1.1 Campus Guarabira/NUCAES

O Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários (Nucaes), vinculado ao IFPB – *Campus* Guarabira, foi criado em 2015 a partir de edital lançado pela Pró-Reitoria de Extensão da instituição (Proext 008/2015). Desde então, compõe a teia de sustentação da Incutes, atuando especificamente na região do brejo paraibano. O Nucaes tem como objetivo fomentar práticas de cooperativismo solidário no brejo paraibano, desenvolver ações para promover a autogestão e praticar a formação continuada.

Entre 2015 e 2025 foram desenvolvidos nove projetos de Pesquisa e 19 projetos de Extensão, formalizados em editais internos da instituição. Entre as linhas temáticas vinculadas aos projetos de Extensão, destacam-se: Trabalho; Organização da sociedade civil e movimentos sociais; Emprego e renda; Economia solidária e cooperativismo; Metodologias ativas; Desenvolvimento regional; Grupos sociais vulneráveis; e Educação de Jovens Adultos. Em relação aos projetos de Pesquisa, o núcleo atuou nas temáticas: Processos pedagógicos; Metodologias educacionais; Tecnologia da Informação e Comunicação; Desenvolvimento tecnológico; e Desenvolvimento regional. Ainda, 10 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) foram desenvolvidos na área da Economia Solidária a partir das ações do Nucaes, o que mostra a busca pela prática da indissociabilidade entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa.

Sempre atuando em rede, o Nucaes se articula com movimentos sociais presentes na região, como o Movimento Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral

da Terra (CPT), além da Cáritas diocesana e o Sedup. Com o apoio dessa rede, o núcleo tem atuado no fortalecimento do Fórum de Economia Solidária da região do Brejo e dos grupos produtivos vinculados a ele. O Integrasol-Seminário de Integração de Empreendimentos Solidários, é um evento organizado pelo Nucaes anualmente desde 2017, que tornou-se agenda permanente da economia solidária da região.

O Nucaes, enquanto núcleo fomentado dentro de um Instituto Federal, tem se mostrado um espaço propício para o desenvolvimento de Tecnologias Sociais (TS) e se enquadra no contexto de disputa por uma ciência pública e base teórica comprometida com os movimentos sociais.

3.1.2 Campus Campina Grande/IFSol

Criado em 2019, durante o V Encontro de Extensão (V Enex), o Núcleo de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (IFSol) constitui-se como um espaço de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – *Campus Campina Grande*. Desde sua origem, o núcleo reúne docentes, técnicos-administrativos, estudantes e parceiros voluntários comprometidos com a economia solidária no território. Com destaque para a participação de discentes de diferentes modalidades de ensino, dos cursos de nível técnico integrado, da Educação de Jovens e Adultos – Proeja dos cursos de nível superior tecnológico.

Figuras 03 e 04 — Ciclo de Formação em Incubação Solidária e Oficinas sobre Fundo Rotativo Econômico Solidário.



Fonte: Acervo próprio (INCUTES/IFPB).

O IFSol integra a Rede Rizoma de Núcleos vinculados à Incutes e constrói ações permanentes em articulação com o Fórum de Economia Solidária, o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Pastoral Operária, Vila do Artesão, Centrac, Essor, Ajurc e Cáritas, consolidando uma atuação pautada na cooperação e no território. Tem desenvolvido assessoramento a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), fortalecendo a autogestão e a organização coletiva como estratégias de geração de trabalho e renda. Atualmente, acompanha cerca de 20 grupos, majoritariamente compostos por mulheres, distribuídos em diversos municípios da região, além de manter uma feira de economia solidária no *campus*.

O IFSol também atua junto a jovens do Assentamento José Eufrozino (MST), por meio da gestão de fundo rotativo solidário, e apoia a estruturação de lojas coletivas em espaços turísticos da cidade, ampliando e diversificando os canais de comercialização solidária.

No campo metodológico, suas ações se desenvolvem por meio de oficinas, atividades formativas, reuniões dialógicas, feiras e projetos integrados de Pesquisa e Extensão, em articulação direta com o Fórum Regional de Economia Solidária. Entre 2019 e 2025, o núcleo executou 12 projetos de Extensão e três projetos de Pesquisa, envolvendo oito docentes, um técnico-administrativo e estudantes de cursos técnicos e superiores.

4 Fortalecimento Institucional e Articulação em Rede

A Incutes atua no assessoramento de equipamentos públicos de economia solidária, na capital paraibana, integrando o Comitê Gestor do Centro Público Estadual de Economia Solidária, bem como a Coordenação do Fórum Paraibano de Economia Solidária, oferecendo assessoramento técnico e pedagógico. Essas ações visam fortalecer o movimento por meio do Fórum de Economia Solidária e as redes de empreendimentos.

Uma das ações mais importantes realizadas pela incubadora tem sido os Ciclos de Formação em Incubação em Economia Solidária, promovidos em parceria com os núcleos. Com a participação de um expressivo número de servidores, estudantes, movimentos sociais e intelectuais que estudam a temática, 10 *campi* do IFPB participaram de reflexões, vivências e trocas de experiências. Pela assertividade e pela necessidade permanente de formação, o ciclo tornou-se parte das atividades permanentes da Incutes.

Entre as atividades permanentes da incubadora destacam-se as Feiras de Economia Solidária, que acontecem em eventos institucionais e em espaços

permanentes de alguns *campi*. Vale ressaltar que as feiras são importantes portas de entrada, bem como espaços de troca, aproximação e incubação. O processo de planejamento, organização e assessoria interliga-se ao cotidiano e às necessidades dos grupos. Uma questão central é que, nas mais variadas unidades de ensino, as ações de Pesquisa e Extensão dialogam com os movimentos sociais e são propostas a partir das demandas reais dos grupos.

Outra ação central e voltada à qualificação de empreendimentos foi o Programa Manuel Querino (PMQ), iniciativa voltada à formação profissional de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social. No âmbito do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), o programa foi executado nos *campi* João Pessoa e Campina Grande. A Incutes desempenhou papel estratégico na articulação institucional, no acompanhamento pedagógico e na mobilização territorial. A execução do PMQ contou ainda com o apoio do Fórum de Economia Solidária, do Governo do Estado e de municípios parceiros.

Atualmente, a Incutes vivencia uma nova etapa de expansão de seus núcleos em três novos *campi*: Sousa, Cajazeiras e Cabedelo. Esses novos núcleos estão construindo parcerias com grupos de trabalhadores associados e com os respectivos Fóruns de Economia Solidária de cada região, com o objetivo de ampliar e fortalecer o movimento local.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)**. Brasília, DF: MTE/SENAES, 2007.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Mãos que constroem vidas**. João Pessoa: IFPB, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Resolução nº 12/2013-CS, de 2013**. Regulamenta institucionalmente a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INCUTES). João Pessoa: IFPB, 2013.

4ª EXPERIÊNCIA

DA PRÁTICA EXTENSIONISTA À INSTITUCIONALIZAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A FORMALIZAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO IFPE (IFPE ECOSOL)

Atacy Maciel de Melo Cavalcante

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
atacy.maciel@barreiros.ifpe.edu.br

Carlos Eduardo de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
carlos.eduardo@pesqueira.ifpe.edu.br

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
diogo.rego@ifaledu.br

Vilmar Santos Nepomuceno

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
vilmarnepomuceno@recife.ifpe.edu.br

Laura Fabiana da Silva Caliento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
laura.silva@reitoria.ifpe.edu.br

1 DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Este relato de experiência aborda o processo de formalização da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Ites) do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), denominada IFPE EcoSol. Vinculada à Pró-Reitoria de Extensão (Proext) do IFPE, a incubadora articula suas ações às políticas institucionais de Pesquisa, Extensão e Inovação Social, em consonância com as diretrizes nacionais da economia solidária, consolidando-se como uma estratégia institucional de promoção do desenvolvimento territorial sustentável e da inclusão socioproductiva.

A Ites representa uma iniciativa institucional de natureza transdisciplinar, voltada à difusão e ao fortalecimento da economia solidária no âmbito do IFPE, por meio da incubação, assessoramento, formação e consultoria para Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Sua atuação fundamenta-se nos princípios da economia solidária, tais como a autogestão, cooperação e valorização do trabalho humano. Desenvolve suas ações de maneira interdisciplinar e multinucleada, com a participação articulada de docentes, discentes, técnicas administrativas e parceiros institucionais externos (associações, cooperativas, colônias de pescadores, movimentos sociais e redes produtivas) configurando um arranjo colaborativo voltado ao fortalecimento dos EES nos territórios de atuação do IFPE.

De acordo com o regulamento da incubadora, sua formalização e atuação se dá a partir de projetos de Extensão e Pesquisa, aprovados em editais institucionais e de fomento, bem como pela articulação com políticas públicas de economia solidária. As ações são planejadas coletivamente, através de metodologias participativas, dialógicas e emancipadoras, inspiradas em referenciais da educação popular e da extensão universitária.

Uma marca importante dos Institutos Federais é a sua descentralização. São mais de 600 *campi* distribuídos em todas as regiões do país. Essa estratégia foi pensada com um sentido de potencialização dos territórios onde se inserem esses *campi*, em uma proposta de articulação da educação profissional com as políticas públicas de desenvolvimento local e regional, tanto no sentido econômico, como social, ambiental e cultural (Rego *et al.*, 2025). Em Pernambuco, são 17 *campi*, e mais os pólos de Educação a Distância (Figura 1), dispostos do Sertão ao Litoral, terreno fértil para fomentar e difundir a política pública da economia solidária.

As Ites configuram-se como ambientes formativos estratégicos para a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão em permanente interação com os sujeitos dos territórios. Essas iniciativas promovem o reconhecimento, a valorização e a disseminação de saberes tradicionais. Objetiva-se, com este relato, documentar o processo inicial de implantação e formalização da IFPE EcoSol,

bem como registrar as principais ações desenvolvidas, os avanços alcançados e os desafios enfrentados no contexto de sua consolidação institucional.

Figura 1 — Disposição dos *campi* do IFPE.



Fonte: IFPE (2026).

2 HISTÓRICO

A formalização da IFPE EcoSol é resultado de um processo histórico construído ao longo de anos de atuação extensionista do IFPE em territórios marcados por desigualdades socioeconômicas. Inicialmente, essas ações se materializam por meio de projetos pontuais, ainda que convergentes em seus princípios e objetivos. Com o amadurecimento das experiências e a ampliação do diálogo entre servidores de diferentes *campi* do IFPE, surgiu a necessidade de institucionalizar essas práticas em uma estrutura organizativa que conferisse maior visibilidade, continuidade e articulação das ações desenvolvidas com as políticas públicas vigentes. A formalização da incubadora passou, então, a ser compreendida como uma estratégia institucional fundamental para consolidar a economia solidária como forte indicativo para se tornar um eixo estruturante da extensão no IFPE.

O processo de formalização envolveu, inicialmente, discussões internas entre servidores que já atuavam na temática da economia solidária, bem como o diálogo com a Pró-Reitoria de Extensão do IFPE (Proext), visando à institucionalização da incubadora como ação institucional estratégica. A partir da manifestação de interesse da Proext, buscou-se o apoio e a interlocução com incubadoras já consolidadas no âmbito da Rede Federal de Educação Profis-

sional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), com o objetivo de subsidiar a consolidação de um modelo institucional de uma Ites no IFPE.

A incubadora do Instituto Federal de Alagoas (Ifal EcoSol), por meio das suas ações, foi fundamental no processo de formalização da IFPE EcoSol. Inicialmente, convidou uma servidora do IFPE para participar da assembleia geral da incubadora (Figura 2) para vivência de um intercâmbio de experiências, ocasião em que foi possível socializar ações, conhecer práticas institucionais e observar as metodologias adotadas, à luz dos princípios da RFEPCT e também da economia solidária. A partir dessa vivência, intensificaram-se as articulações externas e internas ao IFPE, que culminaram na mobilização para a criação da incubadora.

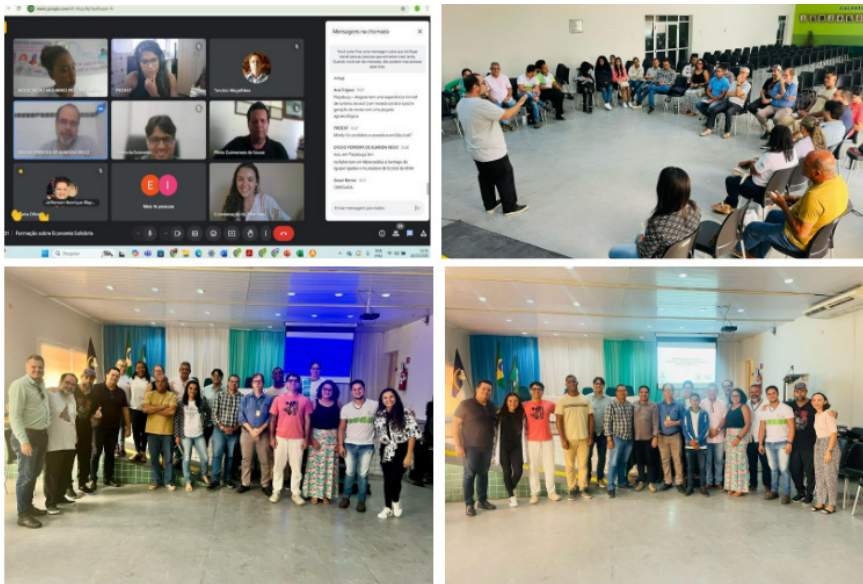
Figura 2 — Intercâmbio de experiências entre o IFPE e a Ites do Ifal, IfalEcoSol.



Fonte: Registros da IfalEcoSol (2024).

Os primeiros passos para a consolidação da incubadora se deram por meio de processos formativos. Realizaram-se formações, *on-line* e presenciais, voltadas à gestores e servidores interessados, contando também com a participação de lideranças de associações e cooperativas. Esses encontros foram conduzidos por um servidor do Ifal, membro fundador da IfalEcoSol, que contribuiu para o compartilhamento de experiências, metodologias e subsídios técnicos ao processo de institucionalização da Ites. A Figura 3 ilustra alguns dos principais momentos formativos iniciais da IFPE EcoSol.

Figura 3 — Momentos formativos da IFPE EcoSol.



Fonte: Registros da IFPE EcoSol (2025).

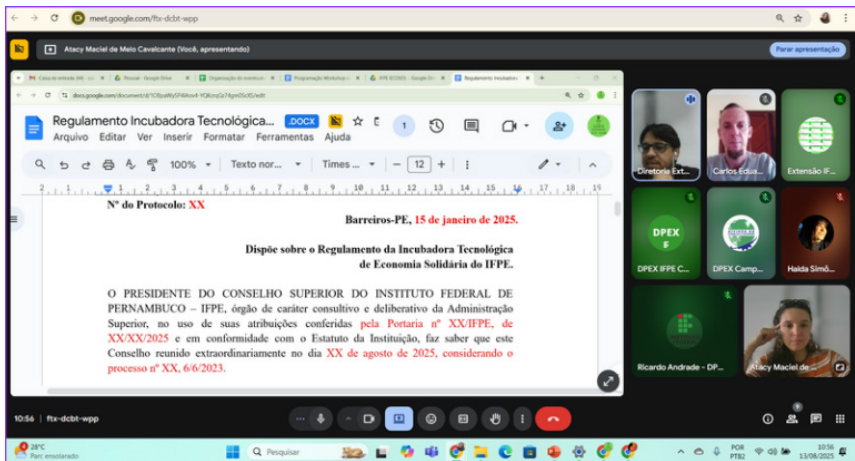
Participaram do ciclo formativo representante da Proext, quatro dos 16 *campi* do IFPE (Barreiros, Igarassu, Paulista e Vitória de Santo Antão), IfalEcoSol - *Campus* Maragogi, associação Max Mel, bem como as colônias de pescadores Z-22 e Z-05. Como principais encaminhamentos, deliberou-se pela formação de uma comissão responsável pela elaboração do regulamento da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária do IFPE e pela continuidade das ações vinculadas à economia solidária independente de formalização da incubadora, uma vez que esse processo aconteceria em paralelo. A comissão foi formada e procedeu à elaboração do regulamento da incubadora, Figura 4. Atualmente, o documento encontra-se aguardando inclusão em pauta no Conselho Superior (Consup) do IFPE, após ter sido apreciado e aprovado pelos gestores da reitoria.

Paralelamente ao processo da escrita do regulamento, foram desenvolvidas, no período de 2024 a 2025, diversas ações em diferentes *campi* do IFPE. No *Campus* Pesqueira, realizaram-se projetos de Extensão junto à agricultores familiares, com ênfase em processos formativos e em ações de assistência técnica. No *Campus* Igarassu, foram implementadas iniciativas voltadas às

marisqueiras, com foco no fortalecimento dessa atividade tradicional e na valorização socioprodutiva do território.

No *Campus* Barreiros, território da gênese do processo de constituição da Ites do IFPE, concentram-se vários projetos de Extensão desenvolvidos junto a agricultores familiares e pescadores artesanais. O *campus* se destaca pela articulação consolidada com associações, cooperativas e o poder público, o que favorece o alinhamento institucional e o planejamento de ações voltadas à incubação de EES.

Figura 4 — Apresentação do regulamento da IFPE EcoSol aos gestores de Extensão do IFPE.



Fonte: Registros da IFPE EcoSol (2025).

Em 2025 foi aprovado no *Campus* Barreiros o projeto “Rede de Inovação Solidária na Mariscagem da Mata Sul”, junto à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), cujo foco central é o fortalecimento da economia solidária protagonizada por marisqueiras, visando à consolidação da mariscagem como um modelo de produção sustentável e inovador na região. O projeto aprovou recursos no valor de R\$ 223.570,00, destinados ao desenvolvimento de ações de mapeamento e caracterização da mariscagem nos municípios de Barreiros, São José da Coroa Grande, Tamandaré e Rio Formoso; georreferenciamento dos territórios de coleta e comercialização; implementação de tecnologias sociais, sustentáveis e digitais; promoção de capacitações técnicas e em economia solidária; fortalecimento

de redes autossustentáveis de produção e comercialização e articulação entre instituições acadêmicas, órgãos públicos e associações de marisqueiras.

Essa iniciativa contribuiu de forma significativa para o fortalecimento do núcleo da IFPE EcoSol no *Campus* Barreiros. Atualmente, o núcleo encontra-se em pleno funcionamento, ainda que não institucionalizado, atuando na execução de projetos de Pesquisa e Extensão articulados às ações de incubação, com especial ênfase no setor da pesca artesanal (Figura 5).

Em um breve mapeamento dos projetos de Extensão aprovados no edital Pi-bex 2026, identificam-se diversas ações alinhadas à proposta e aos objetivos da IFPE EcoSol, que serão desenvolvidas nos *campi* Barreiros, Belo Jardim, Garanhuns, Igarassu, Recife e Vitória de Santo Antão.

Figura 5 — Momentos formativos com as pescadoras artesanais da colônia Z22.



Fonte: Registros da IFPE EcoSol (2025).

O percurso da incubadora vem sendo marcado pela elaboração de uma proposta político-pedagógica de incubação, definição de objetivos, público-alvo, linhas de atuação e estrutura organizacional, respeitando a legislação vigente e as diretrizes nacionais da educação profissional e tecnológica.

A formalização da IFPE EcoSol representa, portanto, não apenas um ato administrativo, mas o reconhecimento institucional de uma trajetória construída a partir do compromisso social do IFPE com o desenvolvimento territorial sustentável e a promoção da justiça social nos seus territórios de atuação.

3 AVANÇOS E DESAFIOS

Destaca-se o fortalecimento da identidade institucional nas ações de economia solidária no IFPE, possibilitando integração entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Social, atendendo ao princípio da indissociabilidade. A incubadora representa um pólo articulador de projetos, ampliando a captação de recursos, a formação integral de estudantes e a produção de conhecimentos científicos socialmente referenciados.

Outro avanço significativo se dá no protagonismo dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos incubados, especialmente mulheres, populações tradicionais e trabalhadores historicamente marginalizados. A IFPE EcoSol contribuiu para o fortalecimento da autogestão, da organização coletiva e da valorização dos saberes populares, sobretudo no setor da pesca artesanal, promovendo processos de empoderamento social e econômico.

Entretanto, o processo também revelou desafios importantes. Dentre eles, destacam-se as limitações estruturais e orçamentárias, a necessidade de institucionalização de equipes permanentes, a rotatividade de estudantes bolsistas e voluntários e as dificuldades inerentes à consolidação de uma política institucional contínua de economia solidária. Soma-se a isso o desafio de dialogar com marcos legais e administrativos que nem sempre contemplam as especificidades dos empreendimentos solidários.

Além disso, a formalização de uma incubadora *intercampi* demanda esforços constantes de articulação, comunicação e alinhamento político-pedagógico, o que requer tempo, dedicação e reconhecimento institucional para que os servidores desempenhem tal tarefa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que a institucionalização de uma incubadora de economia solidária no âmbito de um Instituto Federal é um processo complexo, porém estratégico e necessário. Trata-se de uma experiência que reafirma o papel social da educação pública, gratuita e de qualidade, comprometida com a transformação social e o desenvolvimento sustentável dos territórios.

A IFPE EcoSol consolida-se como um espaço de resistência, inovação social e produção de conhecimentos comprometidos com a vida, o trabalho digno e a solidariedade. Seus avanços demonstram o potencial das incubadoras como

instrumentos de articulação entre os institutos, comunidade e políticas públicas, ao mesmo tempo em que seus desafios apontam para a necessidade de fortalecimento institucional e continuidade das ações.

Espera-se que essa experiência possa inspirar outras instituições da RFEPCT, contribuindo para a ampliação e o reconhecimento da economia solidária como estratégia de desenvolvimento inclusivo e emancipador.

Referências

REGO, D. F.; ARALDI, E.; RODRIGUES, A. V. N. KREBS, J. R. Rede IF EcoSol: Trabalho em rede para o fortalecimento da economia solidária da rede federal de EPCT. **Revista Gestão e Organizações**, v.10, n. 2, abr/jun, 2025.

5ª EXPERIÊNCIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO IFAL (IFAL ECOSOL)

Diogo Ferreira de Almeida Rêgo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
diogo.rego@ifal.edu.br

Beatriz Medeiros de Melo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
beatriz.melo@ifal.edu.br

Rodrigo de Melo Lucena

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
rodrigo.lucena@ifal.edu.br

O tema das Incubadoras Tecnológicas no Ifal é recente. Em 2021, surgiu a incubadora voltada para as empresas e, em 2022, a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária denominada Ifal Ecosol, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão (Proex).

A Ifal Ecosol tem:

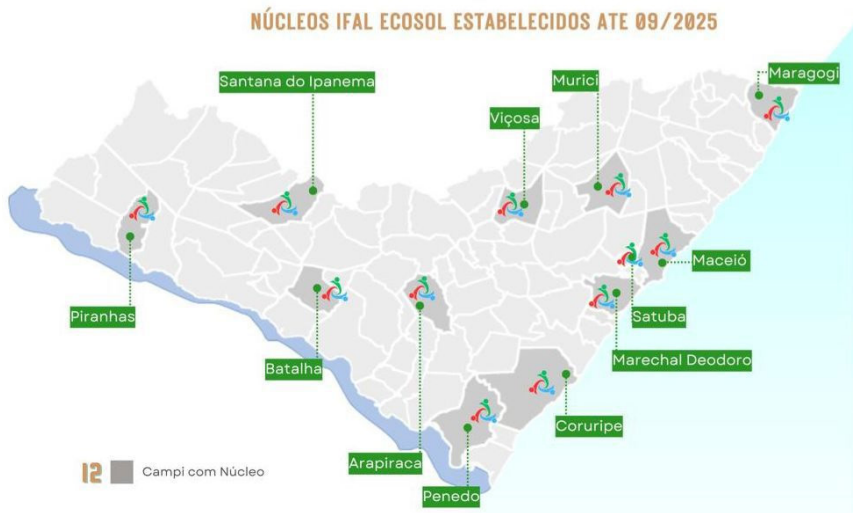
“natureza interdisciplinar e multidisciplinar, que desenvolve ações de incubação por meio de assessoramento e consultoria a grupos produtivos que desejam trabalhar de forma coletiva sob princípios e valores da Economia Solidária, através do fomento, da capacitação técnica, tecnológica e profissional, e ainda, possibilitando a articulação entre pesquisadores, estudiosos e trabalhadores que tenham o propósito de trabalhar de forma autogestionária, seja em cooperativas, associações,

empresas recuperadas, grupos populares ou outras formas organizativas onde não haja a divisão do trabalho entre patrão e empregado.”(Consup, 2023)

No último trimestre de 2022, servidores se articularam para a criação da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Ites) no Ifal. Primeiro houve reunião aberta para apresentar a proposta para servidores interessados. Posteriormente, foi criada comissão com o objetivo de discutir e implantar a Ites no Ifal. Em julho de 2023, a incubadora iniciou formalmente suas atividades com cinco núcleos. Desde o início, contou com o apoio da Proex por meio de bolsas para estudantes, apoio para eventos, material de comunicação, equipamentos, entre outros.

Trata-se de uma incubadora descentralizada que trabalha em rede. Sendo assim, cada núcleo possui autonomia e pode atuar em colaboração com os demais. Cada núcleo possui um coordenador, e mensalmente os coordenadores da Ifal Ecosol se reúnem para alinhar as ações, encaminhar demandas conjuntas e deliberar sobre questões gerais da incubadora. Uma vez ao ano é realizada a assembleia geral que, pelo regimento, deve contar com a presença dos membros dos núcleos (servidores e estudantes) e empreendimentos assessorados. A assembleia é o momento onde é realizado o balanço das atividades desenvolvidas ao longo do ano, o planejamento para o ano seguinte e o encaminhamento de questões estratégicas da incubadora. A partir da atuação da incubadora no Ifal, a economia solidária foi inserida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que abarca o período de 2024/2028, destacando a economia solidária como eixo estratégico e estruturante dos seus projetos de Extensão.

Em 2025, a Ifal Ecosol conta com núcleos em 12 *campi* (dos 16 que existem atualmente no Ifal). Nos dados consolidados de 2024, têm: 41 servidores envolvidos, entre docentes e técnicos; 34 estudantes de todas as modalidades de ensino; sete projetos de Ensino, atendendo 196 pessoas; quatro projetos de Pesquisa; 12 projetos de Extensão; quatro cursos de Extensão; participação em 12 eventos; organização de cinco eventos; e, por fim, participação ativa no Conselho Estadual de Economia Solidária, GT de Economia Solidária e Empreendedorismo Social do FroProext, organização de conferências territoriais e estaduais de políticas públicas.

Figura 1 — Núcleos Ifal Ecosol Estabelecidos até 09/2025.

Fonte: Elaboração própria.

A incubadora desenvolve ações junto a grupos produtivos que desejam trabalhar de forma coletiva sob princípios e valores da economia solidária. As medidas ocorrem por meio de fomento, formação, capacitação técnica, tecnológica e profissional, possibilitando a articulação entre pesquisadores, estudiosos e trabalhadores que tenham o propósito de atuar de forma autogestionária. As iniciativas de economia solidária incubadas em 2024 foram: cinco empreendimentos econômicos solidários; quatro comunidades; um território; e uma iniciativa de gestão social e participação popular. Ao todo, foram 140 pessoas incubadas diretamente. Além disso, houve cinco grupos em processo de pré-incubação.

No ano de 2025, embora não haja o balanço de todas as atividades executadas pelos núcleos (a ser realizado em abril de 2026), existe o registro de 24 projetos de Extensão, envolvendo 40 bolsistas, cerca de 30 voluntários, além de cerca de 30 servidores, entre coordenadores e colaboradores. Os núcleos têm assessorado uma diversidade de grupos produtivos como catadores de materiais recicláveis, agricultores familiares quilombolas, mulheres artesãs, mulheres agricultoras, mulheres marisqueiras, ONGs, assentados de reforma agrária, agricultores na indústria doméstica, na meliponicultura, no turismo de

base comunitária e na comercialização, estudantes e egressos nos serviços digitais, além de um conselho setorial de desenvolvimento rural e sustentável.

Apesar dos números expressivos, dificuldades e limitações permeiam a gestão dos núcleos e, conseqüentemente, seus processos de incubação, sobretudo quando se trata do quantitativo de membros com carga horária disponível para desenvolver todas as ações concernentes às atividades operacionais dos núcleos, a definição de estratégias de articulação com a comunidade e os processos de incubação.

Portanto, o engajamento de novos servidores em tais ações – especialmente nas operacionais e naquelas que exigem relação com a comunidade – tem sido um limitador das atividades dos núcleos. Esse cenário faz emergir expressões como “equipe” e “ecosó”, que evidenciam cenários de isolamento e sobrecarga dos coordenadores.

Outro fator limitante debatido entre os coordenadores diz respeito aos problemas estruturais no próprio trabalho como servidor. Os professores têm, muitas vezes, carga horária de aula elevada; já os técnicos não são estimulados a participar de outras ações para além de suas funções. Nos dois casos, a presença em projetos de Pesquisa, Ensino ou Extensão tem um peso pequeno para a progressão. Além disso, as atividades concorrem com outras demandas de gestão, o que faz com que o servidor fique ainda mais sobrecarregado.

Vale ressaltar que tais dificuldades de integração, nas quais boa parte se justifica pela limitada disponibilização de carga horária, desvela outro fator consideravelmente complexo dentro das instituições, sobretudo, as de ensino em que os núcleos da incubadora IfalEcosol estão inseridos: a dificuldade de gerir suas atividades para além da hierarquia, e conseqüentemente, de estabelecer conexões com outros departamentos da própria instituição, com outros *campi* e/ou organizações externas.

Desse modo, um modelo de gestão que dificulta o trabalho horizontalizado aumenta as chances de desconexões entre as áreas. Considerando que os núcleos estão imersos nesse modelo organizacional, isso compromete a construção de pontes entre núcleo e a comunidade, podendo afetar o assessoramento aos grupos produtivos.

Por outro lado, observa-se um movimento de integração entre os núcleos e de fortalecimento da rede, em grande medida impulsionado pela necessidade de superar o isolamento. Nessa perspectiva, e com o objetivo de catalisar

essa integração e alcançar a comunidade de forma efetiva, está sendo articulado pela Proex, para o ano de 2026, o primeiro edital para Incubadoras de economia solidária do Ifal é direcionado aos núcleos e prevê projetos de incubação que incorporem diferentes metas, envolvendo docentes e estudantes no fortalecimento dos grupos produtivos assessorados. As propostas devem ter até quatro bolsistas, com duração de 10 meses, contribuindo para o reconhecimento e registro institucional do trabalho das incubadoras. Trata-se de mais um passo importante para a consolidação e o amadurecimento do trabalho de incubação realizado pelo núcleo no Ifal.

A incubação deverá considerar o grupo produtivo em sua complexidade de relações com o ambiente social, político, econômico e ambiental, despertando a criticidade, o protagonismo, a autonomia e a sustentabilidade. As ações devem ser pactuadas com a iniciativa de economia solidária assessorada, orientando o processo de incubação para além do fortalecimento interno do empreendimento. Nesse sentido, busca-se estimular a participação ativa dessas iniciativas na construção de políticas públicas, promover sua articulação em redes com outros empreendimentos e contribuir para o desenvolvimento do território em que estão inseridas, sem perder de vista que a finalidade central do trabalho é a consolidação da independência e da autonomia da iniciativa.

Os princípios orientadores baseiam-se na transparência e no diálogo permanente, tendo a Educação Popular como princípio fundamental. O processo de incubação visa: valorizar os saberes locais com foco na emancipação dos trabalhadores; fortalecer o território por meio da cooperação e da articulação em rede; estabelecer relações claras de responsabilidades mútuas entre incubadora e iniciativa acompanhada; apoiar o protagonismo, a participação, a gestão democrática e a autonomia dos empreendimentos; respeitar a diversidade e o combate a todas as formas de opressão; promover a sustentabilidade das ações; e estimular a criatividade, a inovação e o desenvolvimento de tecnologias sociais na economia solidária.

Vale destacar que a Ifal EcosolL não se limita apenas a atividades de incubação. É importante que ela participe da construção de políticas públicas, se articule com outras incubadoras, dentre outras ações que fortalecem direta e indiretamente o trabalho da incubadora e o movimento de economia solidária.

Figura 2 — Grupo de estudo do núcleo Viçosa sobre economia solidária.



Fonte: Acervo Institucional do IFAL Ecosol, 2024.

Figura 3 — Evento de lançamento da Ifal Ecosol em julho de 2023



Fonte: Acervo Institucional do IFAL Ecosol, 2023.

Figura 4 e 5— Realização das atividades de incubação



Fonte: Acervo Institucional do IFAL Ecosol, 2025.

Referências

CONSELHO SUPERIOR (Consup). **REGIMENTO DA ITES/IFAL:** REGIMENTO DA ITES/IFAL. Maceió, Alagoas: Ifal, 2023.

6ª EXPERIÊNCIA

INCUBAR A PARTIR DO TERRITÓRIO: EXTENSÃO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - CAMPUS ANÁPOLIS

Andréia Farina de Faria

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Anápolis
andrea.faria1@ifg.edu.br

Elza Gabriela Godinho Miranda

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Anápolis
elza.miranda@ifg.edu.br

Thiago Eduardo Pereira Alves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Anápolis
thiago.alves@ifg.edu.br

1 Introdução

O *Campus* Anápolis do Instituto Federal de Goiás (IFG) consolida-se como a única instituição pública federal de ensino no município de Anápolis, atualmente, na Educação Profissional e Tecnológica em diferentes níveis e modalidades, como Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior e Pós-Graduação. Abrange áreas como Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Processos Químicos Industriais. Em termos formais, esse desenho institucional reúne todas as condições para a articulação consistente entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.

Contudo, a existência dessas condições não garante, por si só, a efetivação de um projeto formativo territorialmente comprometido. Assim como em grande parte das instituições federais brasileiras, observa-se que a Extensão, embo-

ra amplamente citada nos discursos institucionais e normativas, permanece frequentemente relegada a um lugar secundário, episódico e excessivamente controlado. Produzem-se ações extensionistas, mas evita-se que elas assumam densidade política, continuidade temporal e capacidade real de reordenar práticas pedagógicas, curriculares e institucionais.

Nesse cenário, a Extensão tende a operar próxima ao fracasso não por ausência de ações, mas por excesso de superficialidade. No extensionismo, são comuns iniciativas que se encerram em si mesmas, descoladas de processos formativos mais longos, incapazes de sustentar trajetórias coletivas ou de enfrentar contradições reais do território. Tal modelo, ainda hegemônico, revela uma contradição central: instituições que se afirmam territoriais, mas que mantêm relação tímida, cautelosa e, por vezes, asséptica com a vida social concreta.

O processo de curricularização da Extensão em curso no país, tem no seu bojo a indução das práticas extensionistas, como política pública estruturante e estratégica. Contudo, incorre no risco de operar o mesmo *modus operandi* institucionalizado – nesse caso, encaixotando os processos extensionistas, que possuem metodologias e sentidos distintos e genuínos em relação ao ensino formal. Entre os distintos espaços de sociabilidade, é comum que centros religiosos, por exemplo, sejam muito mais representativos na formação e construção de cultura, cuidado, relações sociais, subjetividades, e outros aspectos que de fato atravessam e constituem os territórios.

É precisamente a partir dessas percepções, críticas a um modelo institucional vicioso, que a incubação no *Campus Anápolis* buscou se diferenciar de ser mais um apêndice administrativo formal da política de fomento ao empreendedorismo e do braço curricular pré-concebido por conselhos e normativas. A incubação surge como estratégia institucional de enfrentamento à Extensão domesticada. Incubar, nesse contexto, significa reorganizar a relação entre o IFG e o território, assumindo que Inovação não se restringe à tecnologia ou à prototipagem, mas envolve arranjos sociais, organização coletiva, economia solidária, disputas por saberes/racionalidades, valorização, reconhecimento de territórios, conquista de representatividade, geração de trabalho e renda, e garantia de direitos.

A constituição do Núcleo Incubador do *Campus Anápolis* inscreve-se, portanto, em uma compreensão ampliada de formação, na qual o território deixa de ser apenas espaço de aplicação e passa a ser instância formadora, de compartilhamento e conhecimento e de problemas pedagógicos que atravessam o campo do lugar popular.

2 Origem, institucionalização e estrutura do Núcleo Incubador

O Núcleo Incubador Anápolis iniciou suas atividades em agosto de 2022, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), por meio do Edital nº 06/2019 e supervisão do Escritório de Estímulo às Incubações (EEIn) vinculado à Divisão de Empreendedorismo e Tecnologias Sociais do Centro de Pesquisa e Inovação do IFG. Desde sua concepção, o núcleo foi orientado a apoiar prioritariamente empreendimentos de cunho social, sem excluir iniciativas de base tecnológica, desde que alinhadas ao interesse público, à sustentabilidade e à formação.

Essa orientação não é trivial em um contexto em que incubadoras tendem a reproduzir modelos e princípios de mercado hegemônicos, frequentemente alheios aos diversos cenários das realidades locais. A escolha por uma incubação de base social representa a escolha política de um novo saber-fazer pedagógico. Significa assumir riscos institucionais, lidar com tempos não lineares, com demandas e contradições do território, sujeitos plurais, vulnerabilidades sociais, e, por fim, com processos produtivos que não se ajustam facilmente a métricas convencionais de sucesso.

A materialidade do núcleo no espaço do *campus*, instalado em escritório próprio e contíguo ao Laboratório IF *Maker* do *Campus Anápolis*, possui forte dimensão simbólica e pedagógica. Essa proximidade explicita que a inovação, no âmbito do IFG, não pode ser dissociada da organização social, da gestão coletiva e da formação crítica. A Inovação deixa de ser uma reificação tecnológica e passa a ser processo situado a partir de demandas reais.

A governança do núcleo, estruturada por atos institucionais formais e fortalecida posteriormente por bolsistas selecionados por edital, evidencia outro aspecto crítico: a incubação exige continuidade, capacidade operacional e proteção institucional. Sem equipe, carga horária disponível e reconhecimento administrativo, a Extensão tende a permanecer frágil, intermitente e incapaz de estabelecer parcerias duradouras e construções impactantes.

3 A incubação como prática e os desafios burocráticos

No *Campus Anápolis*, a incubação não foi implantada como conceito abstrato ou política pronta. Ela foi construída como prática social e de institucionalização de fluxos e processos; e colocada em circulação por três vias indissociáveis: a institucional, a extensionista e a do “fazer junto”.

A via da política institucional, importante mas não suficiente, envolveu articulações internas, amadurecimento normativo e diálogo com Polo de Inovação do IFG – CRIAR. No espaço vivo e dinâmico do *campus*, a via extensionista expôs demandas reais do território, especialmente relacionadas à geração de renda, organização coletiva e inclusão produtiva. Já a via do “fazer junto” materializou-se em feiras, cursos, oficinas e ações que romperam a separação tradicional entre *campus* e comunidade. Nesse contexto, o Programa de Extensão Ciclo de Formação e Promoção do Bem-Estar para Mulheres (2021--2026) destaca-se como a primeira lente a ser utilizada para prospecção e compreensão do cenário da incubação no *Campus Anápolis*. Este programa foi amparado por um coletivo de mulheres previamente mobilizado, pela diversidade de atividades desenvolvidas e pelo potencial das iniciativas econômicas já incentivadas em seu âmbito.

Processos semelhantes produziram um efeito próprio nas instituições federais, uma cultura incubadora. A incubação passou a ser também uma possibilidade de continuidade da Extensão, inaugurando um espaço de incubação diverso em representatividade, demandas, princípios, formatos e conteúdos. Ela deixa de ser, sobretudo, um local de privilégio de projetos estritamente tecnológicos, como *startups*, por exemplo. Incubar, nesse sentido, significa aproximar-se dos objetivos de criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visto que, ao valorizar as trajetórias iniciadas em ações extensionistas, também assume responsabilidade pela formação e indução de arranjos produtivos, culturais e sociais locais, comprometendo-se com sustentabilidade social, ambiental, econômica e formativa.

Cabe salientar a importância das políticas institucionais e as ações voltadas para o fomento da Extensão, tanto oriundas de iniciativas internas, quanto oferecidas por organizações e órgãos externos. Porém, a assincronia entre os prazos para escritas, submissões, orçamentos, execução, relatórios, entre outros mecanismos burocráticos – que se ancoram na prestação de contas, de forma financeira e instrumental, em detrimento das demandas reais dos territórios –, acabam por dissociar a prática local e real das políticas e fomentos estabelecidas.

Assim, as ações extensionistas carregam o desgaste e o peso gerados pelas temporalidades distintas entre instituição e comunidade: o tempo da espera, a incessante demanda por estratégias ou contornos eficazes, a captura das sinergias, quando realizadas com foco nas comunidades e territórios que realmente carecem dessas ações. Não é incomum que extensionistas sejam seres que solapam o tempo, espaço, burocracia e outros desafios para con-

duzir as ações nas quais atuam. É normal serem vistos como “quem gosta de Extensão” e, nesse caminho do gosto íntimo e próprio, são conduzidos uma centena de ações extensionistas reais e transformadoras.

4 Modelo de incubação: base social e base tecnológica como tensão produtiva

O Núcleo Incubador do *Campus Anápolis* opera com duas modalidades principais, incubação de base social e incubação de base tecnológica. Essa distinção não corresponde a uma separação rígida, mas a uma tensão produtiva. Empreendimentos de base social demandam frequentemente tecnologia, controle de qualidade, sistematização de processos produtivos e inovação. Projetos de base tecnológica, por sua vez, carecem de inserção social, pertinência territorial e sentido público.

A experiência do núcleo demonstra que a separação artificial entre social e tecnológico apenas empobrece ambos. Ao trabalhar essas dimensões de forma integrada, o núcleo confronta uma lógica ainda dominante nas instituições federais, a de que inovação tecnológica seria neutra, enquanto a economia solidária seria acessória. O território, entretanto, exige o oposto: tecnologia com sentido social e organização econômica com base técnica.

A orientação do trabalho do núcleo tem sido, portanto, não de definição prévia dos tipos de incubação oferecidos, mas a construção de caminhos a partir da escuta das demandas recebidas, trilhando percursos únicos, aplicados a cada proposta e constituindo uma linha própria do percurso de incubação. Cada uma dessas linhas se articula às demais, promovendo o entrelaçamento de ideias e experiências, à medida que processos e produtos se aproximam, formando uma rede múltipla e diversificada de aprendizado e desenvolvimento coletivo.

5 O berço extensionista da incubação: mulheres e economia solidária

Os empreendimentos acompanhados pelo núcleo foram mapeados, em grande parte, a partir de ações extensionistas anteriores à sua formalização, especialmente com o Programa de Extensão Ciclo de Formação e Promoção do Bem-Estar para Mulheres. A experiência acumulada a partir da realização de uma de suas ações, a Semana da Mulher, revelou uma contradição recorrente. A de que eventos são potentes para visibilizar problemas, mas insuficientes para

enfrentá-los estruturalmente. A transformação dessas ações em um programa permanente marcou uma ruptura metodológica, da ação pontual à trajetória formativa. Os eixos de Formação Integral e Incubação Social e Economia Solidária constituíram um arranjo que, na prática, antecipou o próprio Núcleo Incubador.

A formação de doulas, as oficinas de saneantes e cosméticos, e as feiras de economia solidária, iniciadas com na primeira edição do Programa de Extensão em agosto de 2021, produziram impactos que extrapolam a geração de renda das pessoas envolvidas. Essas ações tensionaram políticas públicas, inserindo formação sobre cuidado, trabalho e direitos, e expuseram o quanto a Extensão, quando levada a sério, incomoda e exige posicionamento institucional. A partir das vivências e experiências em três edições do @ciclodemulheres, as parcerias e convênios firmados com associações e coletivos — destacando-se a Associação de Doulas do Estado de Goiás (ADOULAGO) e as redes de economia solidária — permitiu o mapeamento das carências formativas e o reconhecimento real das demandas territoriais, potencializando a escuta sobre os pontos de maior vulnerabilidade formativa, onde a incubação poderia se apresentar como possibilidade de um futuro diferente para os grupos envolvidos.

6 Mel, tecnologia e território: incubar além do urbano

A parceria com a Associação dos Apicultores e Meliponicultores do Centro-Leste Goiano (APIMEGO), também realizada anteriormente à implantação do núcleo através da Pesquisa, ampliou o alcance territorial da incubação, articulando controle de qualidade, manejo produtivo, diagnóstico ambiental e valorização de produtos apícolas. Trata-se de uma experiência que rompe com a visão urbana e abstrata da Inovação, ao inserir tecnologia, ciência e mercado em diálogo com o campo, a tradição produtiva e a sustentabilidade ambiental.

A estruturação de uma rota ecoturística vinculada à meliponicultura desloca a lógica do produto isolado para a experiência territorial, articulando renda, educação ambiental, cultura e identidade regional. Essa estratégia evidencia que incubar não é apenas fortalecer empreendimentos individuais, mas construir arranjos sociais e territoriais complexos.

7 Editais, incubação residente e a recusa da neutralidade institucional

A seleção por editais públicos garantiu diversidade e transparência, evidenciando que a incubação no *Campus Anápolis* não opera por afinidades pessoais ou setores privilegiados. A incubação residente, por sua vez, representa um avanço institucional significativo, ao permitir que empreendimentos atuem dentro do *campus*, transformando-o em laboratório vivo de inovação, produção e formação. Essa modalidade confronta diretamente a ideia de *campus* como espaço neutro e protegido da realidade social. Ao contrário, assume-se que a formação se fortalece quando exposta à complexidade do mundo do trabalho, da economia solidária e da inovação social.

8 Resultados, impactos e desafios

Os impactos da experiência manifestam-se em múltiplas dimensões: ampliação da cultura formativa crítica, fortalecimento de redes sociais reais, consolidação de circuitos econômicos solidários e valorização de identidades territoriais. Os desafios, tais como assistência a públicos vulneráveis, segurança jurídica, sustentabilidade operacional e equilíbrio entre diversidade e profundidade, não são exceções, mas parte constitutiva do processo. Reconhecer esses limites é condição para que a incubação não se torne mais uma política meramente simbólica.

9 Considerações finais

A experiência do Núcleo Incubador do IFG, *Campus Anápolis*, demonstra que incubar a partir do território é, antes de tudo, um posicionamento político institucional. Uma ação contra a Extensão tímida, episódica e inofensiva que ainda predomina nas instituições federais. Ao articular economia solidária, inovação tecnológica, Pesquisa e formação, o núcleo reposiciona a Extensão como eixo estruturante da formação e da relevância institucional. Mais do que um espaço físico, o Núcleo Incubador constitui uma forma de incidência contra hegemônica no mercado da vida, afirmando que, sem território, sem conflito e sem compromisso social, não há inovação que justifique a existência das instituições públicas de ensino, ciência e tecnologia.

Figura 1 — Imagem da entrada da Sala do Núcleo Incubador Anápolis, plotada com a identidade visual da CRIAR.



Fonte: Acervo do Núcleo Incubador 2024.

Figura 2 — Registro da sala do Núcleo Incubador.



Fonte: Acervo do Núcleo Incubador 2025

Figura 3 — Saída de trabalhadores de empreendimentos selecionados e representantes do IFG para a Agro Centro-Oeste Familiar em Mineiros-GO em 08/05/2024.



Fonte: Acervo do Núcleo Incubador 2024.

Figura 4 — Feira de Troca e Economia Solidária no pátio do IFG em 2025.



Fonte: Acervo do Núcleo Incubador 2025.

Referências

CÂMPUS ANÁPOLIS. **Edital de Incubação de Chamada Pública nº 51/2025** - SELEÇÃO DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE PRÉ-INCUBAÇÃO E INCUBAÇÃO DO NÚCLEO INCUBADOR ANÁPOLIS. 13 nov. 2025. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1052/Edital%20N%C3%BAcleo%20Incubador.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Incubadora CRIAR IFG**. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/aluno/64-ifg/pro-reitorias/extensao-proex/25277-incubadora>. Acesso em: 14 dez. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Portal Integra**. Disponível em: <https://integra.ifg.edu.br/portfolio/laboratorios/nucleo-incubador-campus-anapolis-campus-anapolis-296>. Acesso em: 20 dez. 2025.

7ª EXPERIÊNCIA

EXPERIÊNCIAS EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COMO CONSTITUINTES DA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DO IFSC *CAMPUS* CHAPECÓ

Janilson Loterio

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
janilson.loterio@ifsc.edu.br

Maycon Fritzen

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
maycon.fritzen@ifsc.edu.br

1 Introdução

Este relato de experiência tem por objetivo apresentar algumas das ações desenvolvidas no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), com ênfase no *Campus* Chapecó, durante os últimos anos, e que constituem experiências relevantes para subsidiar a criação de uma incubadora tecnológica de economia solidária. Apresentam-se os aspectos históricos da atuação institucional nessa área, as atividades desenvolvidas e as perspectivas de continuidade e ampliação das ações. Atualmente, a incubadora está em fase de implementação no âmbito da instituição. A partir da trajetória relatada, pode-se afirmar que a execução de projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão são fundamentais para o acúmulo de experiência, desenvolvimento de relações com empreendimentos e comunidade externa, e viabilização do atendimento às demandas do movimento da economia solidária.

2 Economia Solidária no ensino básico de nível técnico

Desde 2010, com a implantação do curso técnico em Informática integrado ao Ensino Médio no *Campus* Chapecó, a disciplina Informática, Empreendedorismo e Economia Solidária passou a integrar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). No contexto dessa disciplina, os estudantes, sob orientação docente, desenvolvem ações que contemplam diferentes temáticas teóricas e práticas relacionadas à economia solidária.

Esse é um ponto muito importante, que permite desenvolver ações de incubagem e apresentar aos estudantes os principais conceitos de economia, empreendedorismo e economia solidária. Para que eles tenham a vivência na área, são instigados a desenvolver empreendimentos a fim de participar da feira realizada no final de cada semestre. No desenvolvimento do empreendimento, são executadas as etapas do plano de negócio, desenvolvimento do produto, ações de *marketing* e a comercialização final. O formato de preparação e desenvolvimento do empreendimento realizado pelos estudantes é uma adaptação do processo de incubação de empreendimentos desenvolvido por uma incubadora de economia solidária.

Alguns empreendimentos continuam mesmo após o encerramento da disciplina, como o “Bololou”, que permitiu os estudantes participarem da Conferência Nacional de Economia Solidária. A partir do segundo semestre de 2025, o componente curricular passou a ser desenvolvido também com o curso técnico em Sistemas de Energia Renovável, contemplando aproximadamente 70 estudantes em duas turmas.

Figura 1 — Imagens dos empreendimentos participantes da feira



Fonte: Acervo do IFSC Chapecó/EcoSol, 2024.

3 Ações de pesquisa em economia solidária

Paralelamente à disciplina, desde 2018 o *campus* passou a executar projetos de Pesquisa voltados especificamente a essa área. O primeiro projeto desenvolvido, intitulado “Estudar, trabalhar e gerar renda: quem são os jovens produtores do IFSC-Chapecó” (Edital nº 17/2018/PROPI/DAE), teve como objetivo principal analisar as relações entre os espaços urbanos e rurais.

Entre os resultados obtidos, constatou-se que 92% dos estudantes residiam em áreas urbanas e, desse total, aproximadamente 70% mantinham algum tipo de vínculo com o meio rural, por meio do qual geravam renda de diferentes formas. Esses resultados evidenciaram a necessidade de aprofundamento da investigação sobre essa relação, o que motivou a proposição de um novo projeto.

Nesse contexto, foi desenvolvido o segundo projeto, intitulado “O apreço dos produtos alimentares orgânicos: uma análise da relação entre consumo e valores sociais” (Edital nº 23/2018/PROPI/DAE). A pesquisa teve como objetivo analisar as diferenças de valores atribuídos aos alimentos orgânicos em comparação aos industrializados, com vistas à promoção do consumo de alimentos saudáveis.

Os resultados indicaram que os preços dos produtos orgânicos estão diretamente relacionados às condições de produção e comercialização local, evidenciando a relevância da atuação do poder público por meio de políticas de incentivo. Dessa forma, o fortalecimento da produção local e a ampliação das vendas diretas aos consumidores configuram-se como estratégias fundamentais tanto para o aumento da oferta quanto para a redução dos preços, favorecendo a ampliação do consumo de produtos orgânicos.

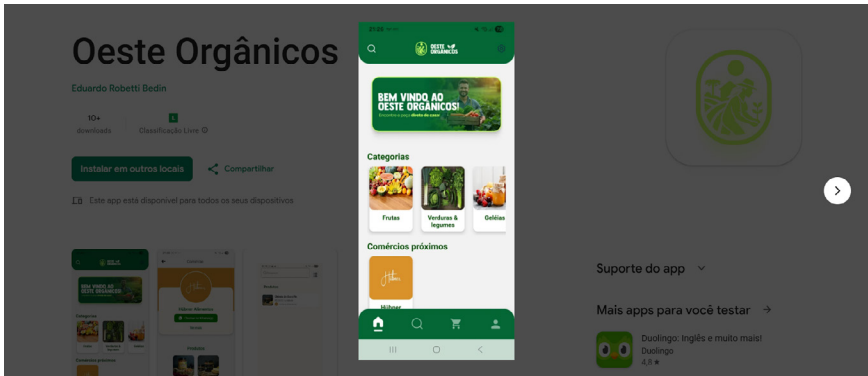
A partir da necessidade de identificar e sistematizar informações sobre os pontos de comercialização de produtos orgânicos, foi desenvolvida a terceira etapa do projeto, intitulada “Sistema de Informações Geográficas (SIG) para o mapeamento do mercado de produtos orgânicos em Chapecó/SC” (Edital nº 23/PROPI/DAE/2019). Essa fase teve como objetivo mapear e desenvolver um sistema de localização dos empreendimentos vinculados à economia solidária que comercializam produtos orgânicos. O desenvolvimento do projeto ocorreu ao longo de três anos, em decorrência do contexto da pandemia de Covid-19. Como resultados, foram elaborados o site Oeste Orgânicos, desenvolvido de forma remota, e o mapeamento geográfico dos produtores orgânicos da região Oeste de Santa Catarina.

Com vistas à ampliação da visibilidade dos empreendimentos solidários e à facilitação do acesso dos consumidores aos produtos, foi desenvolvido, de forma integrada ao *site*, um aplicativo móvel. Dessa iniciativa resultou o quarto projeto, intitulado “Desenvolvimento de um aplicativo móvel (APP) para facilitar a comercialização de produtos orgânicos de produtores locais da região” (Edital nº 02/2022/PROPPI – Universal). O projeto teve como objetivo central promover a aproximação entre produtores e consumidores, otimizando os processos de comercialização e fortalecendo os empreendimentos solidários locais e as pequenas cooperativas.

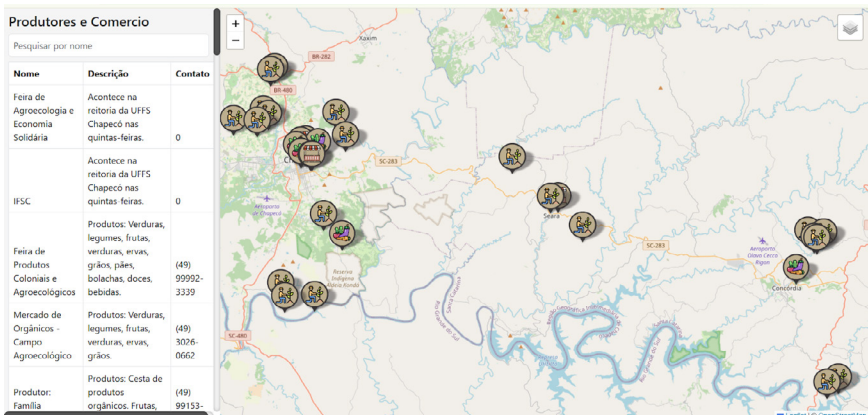
Ao longo do ano de 2024, o aplicativo Oeste Orgânicos foi divulgado em diferentes eventos voltados ao público consumidor de produtos orgânicos, tais como o Circuito Macrorregional de Agroecologia, realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), o Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (Sepei), em São Miguel do Oeste, a Feira Desbravalley, em Chapecó, e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Apesar das ações de divulgação realizadas, observa-se a existência de resistência, tanto por parte dos produtores quanto dos consumidores, quanto à adoção de tecnologias digitais para a comercialização de produtos orgânicos. Os projetos de Pesquisa foram fundamentais para que os estudantes e servidores se aprofundassem nos conceitos de economia solidária, oportunizando uma formação mais consistente para os empreendimentos que, direta ou indiretamente, desenvolvem ações com o IFSC.

Diante desse cenário, identifica-se a necessidade de investir na formação e no fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária, visando à sua consolidação por meio de novos projetos a serem implementados a partir de 2025, com o objetivo de superar as barreiras relacionadas à adoção de tecnologias digitais.

Figura 2 — Projetos de pesquisa desenvolvidos

Fonte: Acervo do IFSC Chapecó/EcoSol, 2025.

Figura 3 — Projetos de pesquisa desenvolvidos

Fonte: Acervo do IFSC Chapecó/EcoSol, 2020.

4 Importância da Extensão em economia solidária

Ao longo de 2025 foi desenvolvido um projeto de Extensão voltado à reorganização e ao fortalecimento do Fórum Oeste de Economia Solidária, por meio da realização de reuniões, encontros e diálogos sistemáticos entre a equipe execu-

tora e os empreendimentos. A ação contribuiu para o fortalecimento da articulação regional e das redes de cooperação no território Oeste de Santa Catarina.

No mesmo período, avançou-se no mapeamento do mercado de produtos orgânicos, pequenos empreendimentos e artesãos vinculados à economia solidária, bem como na identificação dos pontos de produção e comercialização e de suas dinâmicas produtivas. Destaca-se a participação expressiva dos empreendimentos em feiras e eventos regionais, com a presença estimada de aproximadamente 60 empreendimentos distintos ao longo de cinco feiras realizadas em 2025, evidenciando continuidade, engajamento e consolidação das práticas baseadas na autogestão e na cooperação.

As feiras contemplaram uma ampla diversidade de segmentos, como agricultura familiar, agroindústria, artesanato, economia criativa, literatura, gastronomia e terapias naturais, configurando-se como espaços estratégicos de visibilidade, comercialização e valorização do trabalho coletivo. Entre as principais ações, destacam-se a Feira Sabor Colonial, a Feira do IFSC – *Campus* Chapéu e a 5ª edição da Feira do Sifedoc, realizadas em parceria com instituições como o IFSC e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

De modo geral, as ações desenvolvidas evidenciam a relevância da economia solidária na promoção do desenvolvimento territorial sustentável, na ampliação das redes de comercialização e no fortalecimento social, cultural e formativo dos empreendimentos, reafirmando as feiras como importantes instrumentos de geração de renda, articulação coletiva e construção de alternativas econômicas pautadas na cooperação, na justiça social e na sustentabilidade.

Uma das ações do projeto é a construção de uma plataforma de gestão financeira para Empreendimentos de Economia Solidária, intitulada Plataforma Elos, desenvolvida pelos estudantes do curso técnico de Informática. Essa plataforma busca atender a uma demanda relevante dos empreendimentos: a formulação de preços e registro de compras, vendas, custos e estoques de forma simples e acessível. A plataforma foi desenvolvida, apresentada e testada no segundo semestre de 2025, sendo utilizada como etapa do processo de qualificação os empreendimentos de economia solidária participantes das feiras e do Fórum Regional de Economia Solidária.

Ainda no segundo semestre de 2025 foi desenvolvido o projeto de Extensão “Formação em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda para Movimentos Sociais e Economia Solidária” (Edital nº 16/2025/Proex/CCO), com o objetivo de potencializar a atuação das lideranças de movimentos sociais e

dos empreendedores de economia solidária, e dar suporte às atividades em curso no *campus*. Por meio do projeto, foram integradas as ações de Ensino e Extensão no primeiro Ciclo de Oficinas de Economia Solidária do IFSC *Campus* Chapecó, com atividades formativas abertas à comunidade nos temas de redes sociais, fotografia, análise de mercado e gestão financeira. A Plataforma Elos foi lançada e utilizada nas oficinas para os empreendimentos de estudantes e da comunidade regional.

Figura 4 — Delegação do IFSC na Conferência Estadual de Economia Solidária (2024) e XI Feira de Economia Solidária do IFSC, Campus Chapecó.



Fonte: Acervo do IFSC Chapecó/EcoSol, 2020.

Figura 5 — XI Feira de Economia Solidária do IFSC, Campus Chapecó.



Fonte: Acervo do IFSC Chapecó/EcoSol, 2025.

Figura 6 — Oficina plano de Negócio e Reunião do Fórum Regional de Economia Solidária.



Fonte: Acervo do IFSC Chapecó, 2025.

Figura 7 — Reunião do Fórum Regional de Economia Solidária



Fonte: Acervo do IFSC Chapecó, 2025.

5 Síntese de um processo ainda em curso

Esse conjunto de atividades desenvolvidas culminam, no início de 2026, em um acúmulo significativo de experiências que qualificam o IFSC a formular uma incubadora tecnológica de economia solidária. Trata-se de experiências

importantes para delinear as tarefas centrais de uma incubadora que vem aglutinar e potencializar as ações de desenvolvimento da economia solidária.

Nesse momento, atua no IFSC um grupo de trabalho composto por mais de 20 docentes e técnicos que debatem experiências e objetivos de economia solidária. Como resultados da atuação da equipe, há regulamentação para realização das Feiras de Economia Solidária, minuta para regimento da incubadora de economia solidária, além de bases para a constituição da política institucional de economia solidária, o que posiciona o IFSC como uma entidade de referência em Ensino, Pesquisa e Extensão em âmbito regional.

As experiências relatadas indicam que os Institutos Federais são instituições importantes no desenvolvimento da economia solidária, por meio do Ensino, dos projetos de Pesquisa, Extensão e na promoção de eventos. A existência de incubadora é, sem dúvida, um potencializador de todas essas experiências, o que não bloqueia a existência de ações em economia solidária nos *campi* que não possuem tal estrutura, como o que vem sendo desenvolvido, nos últimos anos, no IFSC *Campus* Chapecó.

Referências

B.R.Parisotto; E.C. Rech; J.Loterio; V. Silva; **Alimentos Orgânicos:** Possibilidades e Desafios -(Pg 1487) https://ifsc.edu.br/documents/d/sepei/anais_sepei-2025-pdf

K. Matte ; P. Turmena, C. Matte, P. Stieven, M. Fritzen, J. Lotério: **Economia Solidária No Ifsc:** Análise Das Feiras De Economia Solidária Do Câmpus Chapecó, 2018 A 2024. (Pg 850) https://ifsc.edu.br/documents/d/sepei/anais_sepei2025-pdf

K. Matte; C. Matte; M. Fritzen; J. Lotério; **Juventude E Economia Solidária:** Como A Economia Solidária Impacta Na Formação Acadêmica Dos Estudantes <https://eventos.ifsc.edu.br/seurs2025/>

K. Matte; C. Matte; M. Fritzen; J. Lotério; **Educação Tecnológica, Economia Solidária e Educação no Campo:** O Caso do Ifsc Chapecó - Círculo De Saber 7: Trabalho e Educação <https://www.even3.com.br/vsifedoc/>

P. Stieven; C. Matte; K. Matte; J. Lotério; M. Fritzen **Economia Solidária: Interação Ifsc E Sociedade D** https://ifsc.edu.br/documents/d/sepei/anais_sepei-2025-pdf: (pg 963)

P. Stieven; P. Turmena; J.Lotério; M. Fritzen; **Participação dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) nas Feiras do Ifsc Campus Chapecó: Uma Análise de Percepção dos Empreendedores Trabalho;** <https://eventos.ifsc.edu.br/seurs2025>

T. A. N. Coletti; L. E. Dacroce; M. Francisco; P. F. Turmena; F. M. Fugali; J. Lotério **Desenvolvimento De Uma Aplicação Web Para Economia Solidária** https://ifsc.edu.br/documents/d/sepei/anais_sepei2025-pdf (pg 1492)

T. A. N. Coletti; L. E. Dacroce; M. F. Da Silva; J. Lotério; M. Fritzen;**Por Um Modelo De Empreendedorismo Solidário: Primeiras Aproximações** <https://eventos.ifsc.edu.br/seurs2025/>

8ª EXPERIÊNCIA

ONDE A ECONOMIA SOLIDÁRIA SE FAZ REDE: A EXPERIÊNCIA TEIAS

Alba Valéria Neiva Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
albavaleria@ifba.edu.br

Hilas de Jesus Almeida

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
hilas@ifba.edu.br

Nívea de Santana Cerqueira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
niveacerqueira@ifba.edu.br

1 Da Política Institucional ao Território: Origem, Expansão e Consolidação do Teias

A Incubadora Teias – Tecnologias, Economia e InterAções Solidárias constitui uma experiência de incubação em economia solidária desenvolvida no âmbito do Instituto Federal da Bahia (IFBA), articulando extensão popular e tecnológica, desenvolvimento territorial e tecnologias sociais. Trata-se de uma incubadora em rede, formada por núcleos distribuídos em diferentes *campi* do IFBA, que atuam de maneira integrada nos territórios onde estão inseridos, com atendimento a redes de economia solidária e empreendimentos econômicos solidários.

O Teias tem origem no Projeto de Implementação da Política de Desenvolvimento Local, Regional e Territorial do IFBA – Economia Solidária, aprovado no Edital Proex nº 01/2021. Sua atuação inicial foi estruturada a partir da experi-

ência da antiga Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do IFBA e integra a Rede IFEcosol. Em sua primeira etapa (2021), a rede concentrou-se no mapeamento participativo de iniciativas e demandas territoriais, envolvendo 11 *campi* e um Centro de Referência do IFBA. Esse processo possibilitou identificar potencialidades locais, redes comunitárias e possibilidades de atuação institucional alinhadas à política de Extensão.

Figura 1 — Formação em Marketing digital para a economia solidária (ano 2021).



Fonte: Acervo da Incubadora TEIAS.

Na segunda etapa (2022), houve a consolidação e ampliação da rede para 13 *campi*. Foram desenvolvidos 12 projetos organizados em quatro eixos de atuação: Mapeamento, Formação, Arte e Comunicação e Tecnologia Social. Nesse período, cerca de 698 pessoas foram atendidas diretamente, com fortalecimento da metodologia de gestão compartilhada envolvendo estudantes bolsistas e equipes extensionistas.

Em 2023, 2024 e 2025, o Teias alcançou novo patamar ao assumir a coordenação do Programa de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. O programa envolveu 11 Institutos Federais das regiões Norte e Nordeste, ofertou 1.440 vagas e qualificou 1.215 trabalhadores. Em 2025, também se destacou o projeto Entrelaçando Saberes, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, envolvendo um *campus* e quatro Centros de Referência em cinco territórios baianos, com ações de diagnóstico, formação e desenvolvimento de tecnologias sociais junto a dez associações e grupos autogestionários. Tanto o Programa Manuel Querino quanto o Entrelaçando Saberes estiveram

diretamente vinculados à incubadora e à Proex, além do desenvolvimento de outros nove projetos coordenados nos *campi* em 2025.

Atualmente, a Incubadora Teias conta com 17 núcleos, sendo 13 localizados em *campi* (Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Juazeiro, Salvador, Santo Amaro, Simões Filho, Lauro de Freitas, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Valença e Vitória da Conquista) e quatro em Centros de Referência (São Desidério, Itatim, Salinas da Margarida e Camacan).

2 Tecendo Caminhos de Incubação

Em 2025, foi instituído um Grupo de Trabalho com a missão de construir um regulamento institucional capaz de consolidar o Teias enquanto incubadora de economia solidária. Tal movimento parte do reconhecimento de que as ações historicamente desenvolvidas pelos núcleos já se configuram, na prática, como processos de incubação. Nesse contexto, em 2026, o Teias passa a estruturar e desenvolver suas ações formalmente enquanto uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (Ites).

As ações da incubadora Teias são orientadas pelo materialismo histórico-dialético, compreendendo a realidade social como um processo dinâmico, marcado por contradições, disputas e possibilidades de transformação. No campo metodológico, a pesquisa-ação se consolida como caminho estruturante, permitindo que conhecimento e prática caminhem juntos, em diálogo permanente com os sujeitos e com as realidades territoriais.

Nesse percurso, são mobilizados diferentes instrumentos de incubação. O trabalho inicia com o mapeamento das ações de economia solidária e arranjos produtivos presentes no território, além da realização de diagnóstico participativo, os quais permitem compreender potencialidades, desafios e dinâmicas locais. A partir desse processo, são construídos planos de trabalho que se desdobram em processos formativos, assessoria técnica e organizativa, fortalecimento de redes territoriais, apoio à comercialização solidária — especialmente por meio da realização de feiras — e desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas às necessidades concretas dos grupos acompanhados; avaliação coletiva e replanejamento.

Um dos elementos mais potentes desse processo é a participação estudantil. Os projetos se constituem como espaços vivos de formação, onde Ensino, Pesquisa e Extensão se encontram. Ao participarem das ações de incubação,

os estudantes ampliam sua formação acadêmica, ao mesmo tempo em que desenvolvem dimensões cidadãs, políticas e humanas, construindo aprendizagens profundamente conectadas com a realidade social.

3 Frutos e Ramificações: resultados e desdobramentos da experiência

A seguir, apresenta-se uma síntese dos principais avanços e resultados alcançados pela incubadora Teias, a partir da análise dos relatórios de execução do projeto. A tabela organiza os resultados institucionais, evidenciando a abrangência territorial, os impactos sociais e o fortalecimento da atuação extensionista em rede no âmbito do IFBA. Essa sistematização contribui para a compreensão do papel estratégico do Teias na promoção do desenvolvimento territorial e na articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão e políticas públicas.

Tabela 1 — Resultados das Ações da Rede TEIAS (2021–2025)

Ano	Etapa	Tipo de Ação	Projetos/ Iniciativas	Quantitativos	Abrangência Territorial
2021	Implantação e estruturação inicial	Mapeamento territorial participativo + Projeto piloto	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamentos de práticas de economia solidária nos territórios de identidade da Bahia. • Projeto inicial de atendimento territorial 	<ul style="list-style-type: none"> • 11 mapeamentos realizados • 1 projeto executado • 40 pessoas atendidas • 22 associações envolvidas • 16 bolsas estudantis 	Territórios de atuação dos <i>campi</i>
2022–2023	Consolidação e expansão da rede	Execução de projetos territoriais + Formação + Tecnologias sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos organizados nos eixos: <ul style="list-style-type: none"> – Mapeamento – Formação – Arte e Comunicação – Tecnologia Social 	<ul style="list-style-type: none"> • 12 projetos executados • 4 mapeamentos • Atuação em 13 <i>campi</i> • Aproximadamente 698 pessoas atendidas • 28 bolsas estudantis 	Expansão <i>multi-campi</i> + territórios vinculados

Ano	Etapa	Tipo de Ação	Projetos/ Iniciativas	Quantitativos	Abrangência Territorial
2024–2025	Ampliação institucional e articulação com políticas públicas	Execução de projetos territoriais + Qualificação profissional + Tecnologias sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos territoriais vinculados à economia solidária • Atuação integrada com programas nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • 10 projetos executados • 3.247 beneficiários diretos • 13 bolsistas envolvidos 	<i>Campi</i> IFBA + territórios baianos + articulação interinstitucional

Fonte: Acervo da Incubadora Teias. Relatórios: 2021, 2022, 2024, 2025 e 2026 (parcial).

4 Principais Tecnologias Sociais construídas de forma colaborativa com as comunidades

A construção de tecnologias sociais no âmbito da Incubadora Teias ocorre de forma articulada aos processos de incubação, partindo das demandas identificadas nos territórios durante os mapeamentos participativos e do diálogo contínuo com associações, coletivos e empreendimentos econômicos solidários. Essas tecnologias foram desenvolvidas de maneira colaborativa, envolvendo comunidades, equipes extensionistas e estudantes bolsistas, com foco na resolução de problemas concretos e no fortalecimento da autogestão.

Entre as principais tecnologias sociais desenvolvidas no período de 2021 a 2025, destacam-se:

- **Estruturas móveis para feiras de economia solidária (*Campus Irecê*):** construção coletiva de **dez barracas padronizadas**, destinadas a apoiar a comercialização de produtos de empreendimentos econômicos solidários em feiras e circuitos de economia solidária. Essa tecnologia contribuiu para melhorar as condições de exposição, organização e visibilidade dos produtos, fortalecendo os processos de geração de renda local.

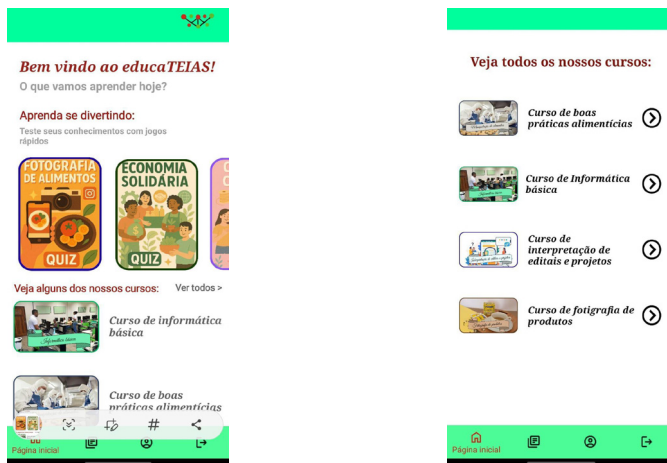
Figura 2 — Estudantes bolsistas da Incubadora TEIAS durante o processo de produção de dez barracas destinadas às Feiras de Economia Solidária, desenvolvidas no âmbito das ações de fortalecimento dos empreendimentos e da infraestrutura de comercialização (2022).



Fonte: Acervo Teias.

- **Tecnologia sanitária comunitária (Campus Feira de Santana):** construção de uma **fossa sanitária**, desenvolvida a partir de soluções técnicas de baixo custo e adequadas à realidade local, com impacto direto nas condições sanitárias e ambientais da comunidade atendida.
- **Equipamento sociotécnico para beneficiamento produtivo (máquina para casa de farinha):** desenvolvimento e construção de uma **máquina para casa de farinha**, atendendo a demandas de grupos autogestionários ligados à produção agrícola familiar. A tecnologia contribuiu para otimizar o processo produtivo, reduzir esforço físico e agregar valor à produção local.
- **Tecnologia digital para formação em economia solidária (Aplicativo Educa Teias):** desenvolvimento de um **aplicativo de apoio à formação**, voltado ao acesso a conteúdos educativos, organização de processos formativos e fortalecimento das ações de incubação. Essa iniciativa ampliou o alcance das atividades formativas e possibilitou maior integração entre os núcleos da Rede.

Figura 3 — Layout do aplicativo Educa TEIAS, desenvolvido como ferramenta de apoio às ações de formação, extensão e incubação da Incubadora TEIAS (2025–2026), do layout do aplicativo Educa Teais (2025/2026).



Fonte: Acervo Teias.

As tecnologias sociais desenvolvidas pelo Teias evidenciam a capacidade da incubadora de articular conhecimentos técnicos e saberes populares, promovendo soluções contextualizadas, replicáveis e socialmente apropriadas, alinhadas aos princípios da economia solidária e do desenvolvimento territorial sustentável.

5 Entre Desafios e Semeaduras: dificuldades enfrentadas

A experiência da Incubadora Teias também evidenciou desafios estruturais relevantes para a consolidação das ações de incubação em economia solidária. Entre eles, destaca-se a descontinuidade das fontes de financiamento, que dificulta a manutenção de processos de incubação de longo prazo e a garantia de acompanhamento contínuo aos empreendimentos e territórios atendidos. Soma-se a isso a complexidade inerente à articulação em rede, envolvendo múltiplos *campi* e territórios com realidades socioeconômicas, culturais e institucionais distintas.

Outro desafio significativo refere-se à sustentabilidade econômica dos empreendimentos incubados, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e limitações de acesso a mercados, crédito e políticas estruturantes. Por fim, evidencia-se a necessidade de avançar na institucionalização

da economia solidária de forma permanente no âmbito das políticas públicas, fortalecendo marcos normativos, instrumentos de fomento e estratégias institucionais que garantam continuidade, escala e impacto às ações desenvolvidas.

6 Horizontes em Movimento: Considerações

A trajetória da Incubadora Teias reafirma a potência das incubadoras de economia solidária enquanto estratégias de promoção do desenvolvimento territorial, produção de tecnologias sociais e fortalecimento de sujeitos coletivos. Ao articular Ensino, Pesquisa e Extensão em diálogo permanente com os territórios, o Teias contribuiu para a qualificação social e produtiva de trabalhadores, o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e a ampliação da capacidade institucional do IFBA na execução de políticas públicas de alcance regional e nacional. Os resultados obtidos evidenciam que a incubação, quando orientada por metodologias participativas e por uma perspectiva crítica e territorializada, constitui-se como um instrumento estratégico de transformação social.

Ao mesmo tempo, os desafios identificados apontam para a necessidade de continuidade dos investimentos públicos, fortalecimento das redes institucionais e avanço na institucionalização da economia solidária como política estruturante de desenvolvimento. Nesse sentido, a consolidação do Teias enquanto incubadora em rede e sua perspectiva de institucionalização como Ites representam caminhos promissores para ampliar a escala e a sustentabilidade das ações. Assim, o fortalecimento do Teias projeta-se não apenas como uma estratégia institucional, mas como parte de um movimento mais amplo de construção de alternativas econômicas solidárias, inclusivas e socialmente referenciadas.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Avaliação Nacional do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC)**. Brasília: MTE, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A via sustentável-solidária no desenvolvimento local.** Organizações & Sociedade, Salvador, v. 15, n. 45, p. 219-232, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 77. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Extensão. **Projeto de Implementação da Política de Desenvolvimento Local, Regional e Territorial do IFBA – Economia Solidária.** Salvador: IFBA, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório de execução da Política de Desenvolvimento Local, Regional e Territorial do IFBA – Economia Solidária: exercício 2022.** Salvador: IFBA, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório de execução da Rede TEIAS: exercício 2024.** Salvador: IFBA, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório de execução da Rede TEIAS: exercício 2025.** Salvador: IFBA, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Extensão. **Relatório parcial de execução da Rede TEIAS: exercício 2026.** Salvador: IFBA, 2026.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Regulamento da Incubadora TEIAS – Tecnologias, Economia e InterAções Solidárias.** Salvador: IFBA, 2026.

REDE IF ECOSOL. **Documentos orientadores e relatórios institucionais.** Brasília: Rede IF Ecosol, 2025.

EOA - NÚCLEO DE INCUBAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS RURAIS

Ivna Herbênia Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
ivna.souza@ifbaiano.edu.br

Grazielle Oliveira Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
grazieleoliveira208@gmail.com

1 Introdução

A Ecoa - Incubadora de Organizações Associativas Rurais, é um núcleo de incubação que tem como objetivo promover a atividade extensionista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - *Campus Bom Jesus da Lapa*, por meio da inclusão socioprodutiva e da formação de pesquisadores e agentes nos campos do associativismo, cooperativismo, economia solidária e economia criativa. A incubação de cooperativas populares ocorreu no primeiro ano de funcionamento, com reuniões semanais do grupo de estudo e visitas técnicas sempre que solicitadas pelos empreendimentos econômicos solidários. As ações do núcleo tiveram início em 1º de agosto de 2023, sem data prevista para término. Espera-se como resultado, no período de implantação, a incubação de pelo menos seis empreendimentos, incluindo associações ou cooperativas, e a formação de pesquisadores oriundos dos cursos de Agronomia e Gestão da Tecnologia da Informação.

2 A Economia Solidária e a Extensão Universitária

A criação e o fortalecimento das incubadoras de empreendimentos de economia solidária têm como finalidade melhorar as condições desses empreendimentos por meio da transferência de tecnologias sociais aplicadas à gestão e produção, além de desenvolver ações sociais e políticas com os coletivos solidários, promovendo, assim, o desenvolvimento local sustentável. Esse processo é fundamentado em uma metodologia de trabalho que se baseia na educação popular, valorizando a cooperação e a autogestão, além de oferecer e construir, de forma conjunta, ferramentas que permitam aos empreendimentos alcançarem a sustentabilidade econômica, social, política e gerencial.

O processo de capacitação e aprendizagem é sistematizado, contínuo e acumulativo, entendendo-se como uma trajetória que deve ser percorrida com liberdade, transparência, respeito e responsabilidade. Os envolvidos vencem etapas na busca pelos objetivos traçados, reconhecendo que o caminho para a autonomia sustentável é longo e repleto de desafios. Tais desafios vão desde a necessidade de superar as relações de trabalho predatórias do capitalismo até a manutenção do processo produtivo e o escoamento da produção. Muitas vezes, as associações de pessoas se formam a partir do desemprego, não por uma união estratégica de forças produtivas.

Nesse contexto, as instituições de ensino têm assumido papel mais ativo, implementando atividades de Extensão que visam ao desenvolvimento local e nacional, por meio das incubadoras de empresas e das incubadoras universitárias. Essas iniciativas se voltam para um público que necessita do uso de tecnologias simples, como as tecnologias sociais, além de buscar o aprimoramento das técnicas utilizadas e a reaplicação de experiências bem-sucedidas.

Entretanto, é importante ressaltar o sentimento de imediatismo na obtenção de resultados, que muitas vezes permeia os grupos, como uma condição para a continuidade do acompanhamento. Além disso, é crucial que as entidades de apoio compreendam as dificuldades e os anseios dos empreendimentos. Esse contexto pode criar um distanciamento entre o discurso científico, desenvolvido na academia, e as necessidades práticas observadas no campo de trabalho.

3 Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento das atividades e levantamento dos problemas enfrentados pelos grupos de mulheres rurais baseou-se

na pesquisa-ação, com a realização de Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP's), que marcaram a etapa de pré-incubação. Nesta fase inicial, foram identificadas as principais dificuldades dos grupos, como falta de acesso ao mercado, limitações na gestão dos empreendimentos e escassez de recursos financeiros. Houve um forte engajamento das mulheres rurais no processo de diagnóstico, promovendo uma análise coletiva das necessidades e desafios, o que permitiu um planejamento detalhado das ações que seriam implementadas na etapa de incubação.

Durante a fase de incubação, com base nos resultados dos DRP's, foram desenvolvidas diversas medidas para sanar pendências e deficiências no processo socioprodutivo dos empreendimentos econômicos solidários. A primeira frente de ação foi o suporte técnico e capacitação, na qual cada empreendimento recebeu um diagnóstico detalhado de suas necessidades, seguido da elaboração de um plano de ação individualizado que considerava suas especificidades. Para promover a formação continuada das mulheres rurais, foram ofertadas capacitações e treinamentos em áreas-chave como gestão, finanças, *marketing* e produção. Além disso, foram realizadas visitas técnicas para oferecer orientação prática e suporte direto aos grupos.

Outra importante iniciativa foi o acompanhamento contínuo dos empreendimentos, com a designação de atores-rede – mentores especializados – que realizaram encontros regulares com os grupos para discutir as dificuldades enfrentadas, propor soluções e promover a troca de conhecimentos. Essas mentorias foram essenciais para fortalecer a capacidade de gestão dos grupos e consolidar as mudanças necessárias para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos.

A interação entre as organizações associativas também foi estimulada por meio da promoção de eventos, *workshops* e encontros que incentivaram o intercâmbio de conhecimentos e a criação de uma rede colaborativa entre os grupos incubados. Essas atividades visaram não apenas o fortalecimento individual dos empreendimentos, mas também a construção de uma rede de contatos que proporcionasse novas parcerias e oportunidades de cooperação.

No âmbito da sustentabilidade financeira, foram identificadas fontes de financiamento e oportunidades de captação de recursos para os empreendimentos, com suporte na elaboração de projetos e na busca por investidores ou patrocinadores. Este apoio foi crucial para a viabilização econômica dos grupos e para garantir sua continuidade após a fase de incubação.

Na etapa de pós-incubação de alguns grupos, o foco foi a avaliação da evolução dos empreendimentos, com um acompanhamento contínuo que permitiu observar melhorias na gestão e na capacidade de adaptação ao mercado. Todos os grupos demonstraram mais consciência sobre a importância do planejamento estratégico e da estruturação de planos de negócios, reconhecendo esses itens como fundamentais para a sobrevivência dos seus empreendimentos diante das exigências do mercado capitalista.

4 Ação Extensionista em Economia Solidária no âmbito do IF Baiano - *Campus Bom Jesus da Lapa*

Os resultados das ações desenvolvidas no núcleo foram significativos e contribuíram para o fortalecimento das organizações associativas dos grupos de mulheres rurais. Por meio das capacitações, mentorias, visitas técnicas e da criação de redes de interação entre os empreendimentos, observou-se um aumento notável na capacidade de gestão dos grupos, que passaram a atuar de forma mais autônoma e colaborativa. As participantes compreenderam a importância da autogestão e adotaram práticas de trabalho que reforçam a sustentabilidade dos seus empreendimentos, destacando-se a adoção de modelos de gestão mais inclusivos e participativos.

Houve um impacto positivo na sustentabilidade financeira dos empreendimentos, com um crescimento nas oportunidades de captação de recursos e parcerias, resultado direto das formações em planejamento estratégico e elaboração de projetos. Os grupos também conseguiram fortalecer suas redes de comércio justo, desenvolvendo práticas solidárias que beneficiaram não apenas os empreendimentos, mas também as comunidades do território Velho Chico, na Bahia. A implementação de ações colaborativas reforçou a ideia de que o trabalho em rede e a troca de experiências são fundamentais para o desenvolvimento local sustentável.

Como parte do processo de disseminação dos resultados, foi criado um *site* e uma página no *Instagram* para divulgar os empreendimentos incubados, destacando as histórias de sucesso e as boas práticas desenvolvidas. O projeto também promoveu um seminário para realizar balanço das ações, criando um espaço de reflexão e troca entre os participantes, além de fortalecer a visibilidade dos grupos incubados.

Os impactos nas comunidades foram visíveis: além de gerar renda e melhorar as condições de vida das participantes, o projeto promoveu mudanças cultu-

rais significativas, com reconhecimento do papel das mulheres na economia local. As ações impulsionaram um movimento de valorização dos saberes locais e fortaleceram a autonomia das mulheres rurais, consolidando um modelo de produção que prioriza a cooperação, a justiça social e o respeito ao meio ambiente.

Figura 1 — Imagens dos cursos de empreendedorismo feminino, produção de doces e geléias e panificação



Fonte: Acervo Institucional do Ecoa, 2024.

Figura 2 — Imagens de reuniões para formação em economia solidária e associativismo



Fonte: Acervo Institucional do Ecoa, 2024.

Figura 3 — Imagens de realização de Feira da Economia Solidária



Fonte: Acervo Institucional do Ecoa, 2024

5 Considerações Finais

As ações da Ecoa evidenciam a relevância e o impacto das ações executadas junto aos grupos de mulheres rurais no fortalecimento da economia solidária no território Velho Chico, na Bahia. A metodologia aplicada, centrada na pesquisa-ação e nos diagnósticos rápidos participativos, possibilita compreensão profunda das realidades locais e das necessidades específicas dos empreendimentos associativos, promovendo intervenções precisas e efetivas. A partir dessas práticas, observou-se um avanço significativo na capacidade de gestão dos grupos, com destaque para a adoção de princípios de autogestão, práticas colaborativas e o fortalecimento das redes de comércio justo, que se mostraram essenciais para a sustentabilidade dos empreendimentos.

A etapa de incubação foi crucial para capacitar os grupos em áreas-chave, como gestão financeira, planejamento estratégico, *marketing* e estruturação de negócios. As ações de suporte técnico e as mentorias oferecidas não apenas supriram lacunas identificadas nos diagnósticos iniciais, mas também impulsionaram as iniciativas para além de suas expectativas iniciais, estimulando um processo contínuo de aprendizagem e adaptação às dinâmicas do mercado. A presença ativa de atores-rede e as constantes interações entre

os coletivos possibilitaram um ambiente de troca de conhecimentos e apoio mútuo, fortalecendo o sentido de comunidade e cooperação.

Os resultados alcançados refletem o sucesso do núcleo na promoção da autonomia econômica das mulheres rurais e como contribuição para a transformação social de suas comunidades. O fortalecimento das organizações associativas e a melhoria da sustentabilidade financeira dos empreendimentos não apenas impactaram a geração de renda, mas também ampliaram as perspectivas de futuro para essas mulheres, que passaram a se ver como protagonistas de suas trajetórias econômicas e sociais.

Destarte, a Ecoa evidencia a importância do trabalho educativo contínuo para a sustentabilidade dos empreendimentos, destacando a necessidade de reforçar as competências gerenciais e ampliar o acesso ao conhecimento em um formato acessível e adaptado à realidade dos grupos. As dificuldades enfrentadas, como a baixa escolaridade e a resistência a controles administrativos, foram superadas por meio de metodologias participativas e da criação de um ambiente de aprendizado acolhedor e inclusivo.

Por fim, as ações desenvolvidas contribuíram para a transformação cultural e social das participantes, fortalecendo não apenas seus empreendimentos, mas também suas identidades como trabalhadoras, gestoras e líderes comunitárias. A continuidade dessas ações e o reforço das parcerias estabelecidas são essenciais para garantir que os avanços conquistados sejam mantidos e ampliados, assegurando um futuro mais justo e solidário para as mulheres rurais.

Referências

GALLO, Ana Rita; EID, Farid. **Metodologia de Incubação e Desafios para o Cooperativismo Popular**: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar. In: Seminários de Metodologia para Projetos de Extensão, 2001. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/11776050/Metodologia-deIncubacao-e-Desafios-Para-o-Cooperativismo-Popular-Uma-Analise-Sobre-o-TrabalhoDa-a-de-Cooperativas-Populares-Da-UFSCar>, acessado em: 18/06/2023.

MEDEIROS, Amanda Cristina e CUNHA, Eduardo Vivian da. **Economia Solidária e Desenvolvimento local**: a Prática dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Região do Cariri Cearense. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, ano 10, n. 21, set./dez. 2012 p. 61-87.

SILVA, José Luís Alves da e SILVA, Sandra Isabel Reis da. **A economia solidária como base do desenvolvimento local.** e-cadernos ces [Online], 02 | 2008, colocado online no dia 01 Dezembro 2008, consultado a 21 Setembro 2015. URL: <http://eces.revues.org/1451>; DOI: 10.4000/eces.1451. Acessado em 19/09/2023.

SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2005.

INCUBAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Adebaro Alves dos Reis

Instituto Federal do Pará – Campus Castanhal
adebaro.reis@ifpa.edu.br

Maria Regina Sarkis Peixoto Joele

Instituto Federal do Pará – Campus Castanhal
regina.joele@ifpa.edu.br

Raquel Lopes Nascimento

Instituto Federal do Pará – Campus Castanhal
raquellopes.sdc@gmail.com

Wagner Luiz Nascimento do Nascimento

Universidade Rural da Amazônia – Campus Parauapebas
wagner.nascimento@ufrpa.edu.br

1 O Programa Incubitec do IFPA- Campus Castanhal

O programa Incubitec foi constituído em 2010, no *Campus* Castanhal do Instituto Federal do Pará (IFPA), motivado pela experiência e vivência da incubadora da Universidade Federal do Pará (UFPA), a ITCPES/UFPA, que apresentou a importância e a relevância da prática de proximidade entre academia e campo para efetivação da Extensão Universitária e, por conseguinte, da Pesquisa e do Ensino. Desde a sua constituição, a Incubitec esteve vinculada a ações como o Mapeamento de Economia Solidária, responsável pelo diagnóstico no Pará e no Amapá (2009 - 2011). A partir de tal mapeamento, os primeiros

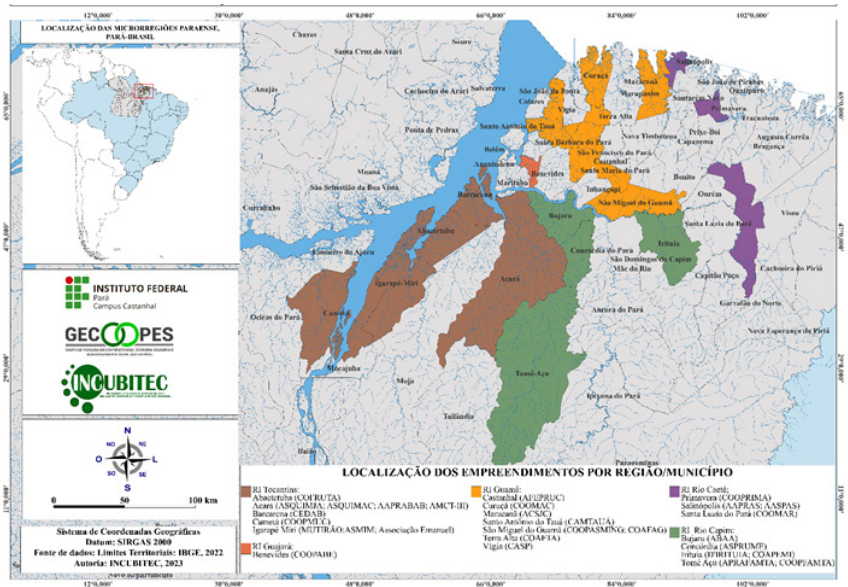
integrantes da iniciaram as ações de incubação. Os primeiros quatro empreendimentos incubados estavam sediados em Salinópolis, Tomé-Açu e Santa Luzia do Pará (FELIZARDO, SANTOS, et al., 2015).

O início da imersão dos pesquisadores do programa Incubitec no contexto de agricultores familiares desses municípios ocorreu a partir de uma relação dialógica, baseada na construção de confiança entre pesquisadores e as populações em seus territórios. Embora esses sujeitos sejam objeto das pesquisas, a relação estabelecida é de caráter dual, pois possibilita tanto pesquisar quanto ser pesquisado. Trata-se de um movimento que envolve, ao mesmo tempo, a observação mais distanciada e a inserção na realidade como parte integrante do processo, o que favorece a troca de conhecimentos entre os grupos em interação (REIS et al., 2015).

Desde então, o programa promove a incubação tecnológica de empreendimentos econômicos solidários, por meio da construção participativa de tecnologias sociais voltadas para organização socioprodutiva de cooperativas, associações e grupos informais. A partir da interdisciplinaridade e da integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, cria uma ponte entre a comunidade acadêmica e a população rural de diversos municípios da região Amazônica, com uma equipe formada por economistas, administradores e profissionais das ciências agrárias.

Atualmente a Incubitec atua em mais de 20 municípios do Pará, distribuídos na Mesorregião do Nordeste Paraense, abrangendo as cinco Regiões de Integração. Já foram atendidos mais de 25 Empreendimentos Econômicos Solidários e Cooperativas da Agricultura Familiar. As Regiões de Integração (RI), Tocantins - compreendida também como Baixo Tocantins; Guajará; Guamá; Rio Caeté e RI Rio Capim, demonstrada na (Figura 1), apresentam enorme diversidade, tanto em aspectos geográficos quanto nos âmbitos social e cultural.

Figura 1 —Regiões do Pará onde estão localizados os EEC assistidos pela Incubitec



Fonte: Acervo Institucional do Incubitec, 2023.

2 Procedimento metodológico de incubação da Incubitec

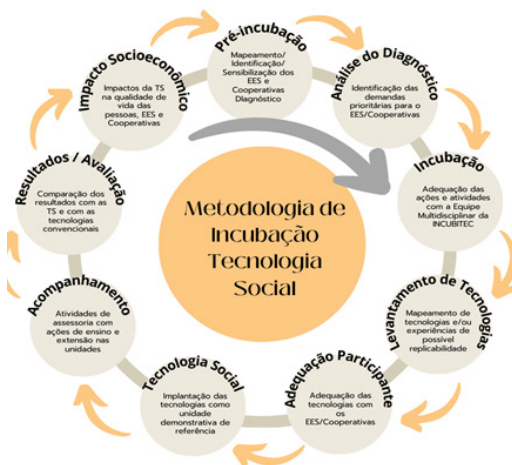
Os procedimentos adotados na metodologia de incubação são construídos na relação intercultural estabelecida entre a academia, os empreendimentos solidários incubados e as instituições parceiras. O processo considera a troca de informações, experiências e a socialização de saberes por meio do desenvolvimento de ações integradas, na perspectiva da geração de trabalho e renda.

A incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Cooperativas é uma proposta interdisciplinar, construída a partir de um planejamento que procura reunir Pesquisa e Extensão em torno do tema. É voltada para o atendimento das necessidades mais prementes dos excluídos da sociedade e, ao mesmo tempo, responder aos objetivos e anseios programáticos da universidade (SANTOS et al., 2004). Deste modo, a intervenção dos discentes, pesquisadores, docentes, técnicos e representantes dos EES ocorre de forma democrática, adotando metodologias participativas e pedagogia

construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local.

O Programa Incubitec tem promovido as ações por meio de metodologia que consiste na interação sistemática entre os empreendimentos e os grupos envolvidos. Essa metodologia não ocorre de forma linear, que finaliza com a “desincubação”, mas segue uma lógica circular (Figura 2). É dividida em: Pré-incubação: mapeamento/identificação, sensibilização e diagnóstico dos EES e cooperativas; Análise do diagnóstico: identificação das demandas prioritárias para o EES/Cooperativas; Incubação: adequação das ações e atividades com a Equipe Multidisciplinar da Incubitec; Levantamento de Tecnologias: mapeamento de tecnologias e/ou experiências de possível replicabilidade; Adequação Participante: adequação das tecnologias com o EES/Cooperativas; Tecnologia Social: implantação das tecnologias como unidade demonstrativa de referência; Acompanhamento: atividades de assessoria com ações de ensino e extensão nas unidades; Resultados / Avaliação: comparação dos resultados com as TS e com as tecnologias convencionais; e Impacto Socioeconômico: impactos da TS na qualidade de vida das pessoas, EES e Cooperativas (Figura 2).

Figura 2 — Representação esquemática da metodologia de incubação desenvolvida pelo Programa Incubitec junto aos EES e Cooperativas.



Fonte: Acervo Institucional do Incubitec, 2023.

A ação está em consonância com a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão e, nessa perspectiva, concretizam-se ações que permeiam os três eixos, junto ao IFPA

Campus Castanhal, cumpre papel essencial no que diz respeito ao art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 2016), que estabelece: “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecem ao princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”. Neste sentido, a Incubitec tem se orientado pelas novas diretrizes curriculares, a fim de fortalecer e estruturar práticas pedagógicas de Ensino, Pesquisa e Extensão no IFPA *Campus Castanhal*. Ações de incubação da Incubitec a formação de novos profissionais

As ações junto às cooperativas e empreendimentos econômicos solidários da Amazônia paraense funcionam como espaços práticos de aprendizagem para docentes e, sobretudo, discentes do *Campus Castanhal*. Essas experiências permitem desenvolver e aplicar inovações e tecnologias sociais que fortalecem a produção, contribuem para a preservação ambiental e melhoram a qualidade de vida das comunidades rurais. Além disso, o programa favorece a formação técnico-científica dos participantes por meio de quatro eixos principais: **ensino e formação, inclusão socioprodutiva, agroindustrialização e acesso a mercados**.

Nas ações de Ensino e formação da Incubitec (Figura 3), especialmente voltadas a agricultores familiares com baixo nível de escolaridade, destaca-se a necessidade de adaptação metodológica, com a produção de materiais didáticos acessíveis, como cartilhas e instrumentos pedagógicos. Nesse contexto, os discentes são estimulados a desenvolver abordagens inovadoras de ensino, adequadas às especificidades do público atendido.

Figura 3 — Atividades de Ensino e formação realizadas em reservas extrativistas (a) e comunidades ribeirinhas (b; c) nos territórios rurais da Amazônia paraense.



Fonte: Acervo Institucional do Incubitec, 2025.

Paralelamente, os estudantes atuam como agentes de Extensão Tecnológica, participando diretamente das práticas socioprodutivas nas unidades familiares. A atuação envolve a busca por soluções viáveis e adaptadas à realidade

local, como a criação de rações alternativas de baixo custo e o uso de técnicas sustentáveis na produção vegetal, incluindo controle natural de pragas, rotação e consorciação de culturas. Essas experiências fortalecem a produção de alimentos saudáveis, promovem geração de renda e consolidam a formação prática e crítica dos futuros profissionais (Figura 4).

Figura 4 — Atividades socioprodutivas realizadas em comunidades ribeirinhas no cultivo de peixes (d) e em comunidades quilombolas (e); implantação de hortas agroecológicas e criação de frangos com ração alternativa (f).



Fonte: cervo Institucional do Incubitec, 2025.

Outras ações desenvolvidas estão relacionadas às atividades de agroindustrialização e agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade e da bioeconomia na Amazônia. Os agricultores familiares relatam dificuldades de acesso a mercados, em grande medida devido à baixa diversificação produtiva, com a oferta limitada de produtos mais elaborados ou que apresentem características capazes de atrair o público consumidor.

É comum dentro das comunidades rurais encontrar frutas, tubérculos, legumes e verduras *in natura*, onde a vida de prateleira é curta e a distância entre os municípios é um fator que contribui para que essa matéria prima pereça. Uma das estratégias sugeridas aos discentes é pensar formas para aumentar a vida de prateleira, ao mesmo tempo que possibilite agregar valor à matéria prima. Assim, surgem ideias como a elaboração de chocolates artesanais com cacau nativo das ilhas e áreas de várzea, assim como a produção de “farofa gourmet” feita a partir da farinha de mandioca. Ou, ainda, a produção de polpas das frutas nativas da região amazônica.

Figura 5 — Atividades de agroindustrialização e agregação de valor realizadas com cooperativas e EES da Agricultura Familiar assistidas pelo Programa Incubitec.



Fonte: Acervo Institucional do Incubitec, 2025.

No âmbito da agroindustrialização, as ações têm ampliado o acesso das cooperativas e empreendimentos econômicos solidários a diferentes mercados, desde o nível local até programas institucionais como o Pnae e o PAA. Esse processo impulsiona a inserção dos grupos em cadeias mais amplas de comercialização, ao mesmo tempo em que fortalece a qualidade dos produtos ofertados.

Nesse contexto, discentes e docentes atuam em atividades que fortalecem as práticas comerciais e de acesso a mercados pelos empreendimentos incubados, com foco em *marketing* rural e adequação às exigências legais e sanitárias. A partir da identificação de fragilidades, especialmente em aspectos como embalagem, rotulagem e identidade visual, o programa passou a oferecer assessoria específica para qualificar os produtos.

Como resultado, houve o desenvolvimento de novos rótulos, melhorias na apresentação e mais competitividade, permitindo que os empreendimentos ampliem sua atuação para mercados municipais, estaduais, nacionais e até internacionais, ao mesmo tempo em que contribui para a formação prática e estratégica dos estudantes envolvidos.

Figura 6 — Atividades comerciais e de acesso a mercados voltadas à adequação de embalagens, rótulos e identidade visual



Fonte: Acervo Institucional do Incubitec, 2022.

3 Considerações e Desafios

As ações desenvolvidas pelo programa Incubitec evidenciam que a metodologia adotada ultrapassa a lógica operacional e se configura como um relevante processo formativo, contribuindo diretamente para a qualificação profissional dos discentes. Ao articular experiências práticas em campo com a realidade de agricultores familiares, cooperativas e empreendimentos econômicos solidários, o programa fortalece a integração entre teoria e prática, estimulando a reflexão crítica e a construção de conhecimentos contextualizados.

Ao longo de mais de uma década e meia de atuação, consolidou-se o entendimento de que a metodologia da Incubitec pode ser compreendida como uma tecnologia social, fundamentada na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, destaca-se que, embora não seja um processo excessivamente complexo do ponto de vista operacional, exige sensibilidade, humanismo e compromisso social por parte dos envolvidos. Isso porque seus principais resultados não se restringem a produtos econômicos mensuráveis, mas incluem a construção de relações de confiança, cooperação e o desenvolvimento da capacidade reflexiva e inovadora dos sujeitos envolvidos.

Ademais, o programa se firma como um espaço estratégico de formação e produção de soluções inovadoras, alinhadas às demandas das comunidades rurais da Amazônia paraense, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária. No entanto, persistem desafios significativos que limitam a ampliação e a consolidação de suas ações, como a ausência de financiamento institucional contínuo, entraves na formalização das incubadoras, equipes reduzidas frente à complexidade das demandas e a insuficiência de bolsas e recursos financeiros.

Referências

FELIZARDO, A. O.; SANTOS, A. R. S.; NASCIMENTO, W. L. N.; REIS, A. A. **Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários: Verticalização das relações entre universidade e sociedade.** Revista Tecnologia e Sociedade. ISSN: 1984-3526. V. 11. N. 23. 2015.

SANTOS, A. M. et. al. **A construção teórico/metodológica da incubadora tecnológica de empreendimentos econômicos solidários da Faculdade Educacional de Medianeira.** (ITEES/FACEMED). III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas Cascavel – 18 a 22 de outubro de 2004.

GANDOLFI, P. E. et al. **A incubadora de empreendimentos solidários como alternativa para transformação social: uma experiência do projeto de extensão da UFU.** 2004. Mimeo.

CAPÍTULO 4

CONCEITOS EM REDE: LEITURAS PARA CONHECER A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Cristiane Saboia Barros

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
cristianesaboia@ifce.edu.br

Alba Valéria Neiva Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
albavaleria@ifba.edu.br

Josiane Roberta Krebs

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
josiane.krebs@viamao.ifrs.edu.br

Este capítulo não se organiza como um glossário tradicional. Em vez de apresentar definições prontas e isoladas, propõe um caminho de estudo a partir de obras de referência que ajudam a compreender os principais conceitos, termos e vocabulários da economia solidária. A ideia é que o leitor possa explorar esses materiais e construir sentidos a partir das conexões entre eles.

A seleção dessas leituras foi construída no âmbito do Edital Proex-Ifes nº 32/2025 (Assistec Inova), em conformidade com o Edital Setec/MEC nº 04/2025, e está fundamentada em uma abordagem interdisciplinar e crítica.

Entre as principais referências, destacam-se:

- **Dicionário da Educação do Campo (2012):**
<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>
- **Dicionário Paulo Freire (2010):**
https://territoriosinsurgentes.com/wp-content/uploads/2021/03/Dani-lo_R_Streck_Dicion_rio_Paulo_Freirez-lib.org_epub_.pdf
- **Dicionário Internacional da Outra Economia (2009):**
<https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>
- **Dicionário do Pensamento Marxista (1988):** (verbetes e referências)
<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/12/Dicion-rio-do-Pensamento-Marxista.pdf>
- **Dicionário de Agroecologia e Educação (2021):**
https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf
- **Glossário de Transição Agroecológica (2025):**
(versões institucionais variam – sugere-se consulta em redes de agroecologia como a ABA)
<https://aba-agroecologia.org.br/>
- **Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros:**
<https://memov.org/site/livros-e-textos/dicionario-historico-dos-movimentos-sociais-brasileiros-1964-2014/>

Essas obras foram escolhidas porque ajudam a compreender que a economia não se resume ao mercado ou ao lucro. Elas mostram que as práticas econômicas estão profundamente ligadas às lutas sociais, à formação das pessoas

e às formas de produzir e reproduzir a vida, especialmente em contextos populares e do campo.

A partir das leituras, é possível entender a pessoa do campo e da cidade não apenas como alguém que produz ou trabalha, mas como sujeito político, que pode organizar coletivamente alternativas econômicas baseadas na cooperação, na solidariedade e na relação com o território, em contraposição à lógica dominante do agronegócio e do capital (CATTANI, 2009; NETO, 2025).

Esses materiais também permitem reconhecer que já existem, na prática, outras formas de economia. São experiências que envolvem produção coletiva, consumo responsável, finanças solidárias e redes de cooperação, priorizando o bem-estar das pessoas e das comunidades, e não apenas o lucro (CALDART et al., 2012).

Ao percorrer essas obras, o leitor encontrará conceitos que conectam diferentes dimensões da vida: trabalho, educação, cultura, meio ambiente e organização social. Esse conjunto contribui para fortalecer processos de conscientização e autonomia, valorizando também os saberes tradicionais e as formas populares de organização econômica (CATTANI, 2009).

Além disso, as referências reúnem conhecimentos produzidos a partir de experiências históricas e das lutas de movimentos sociais - rurais, urbanos e sindicais - que, ao longo do tempo, constroem alternativas em busca de dignidade, direitos e outras formas de viver e produzir (BOTTOMORE, 1988; STRECK et al., 2010; DIAS et al., 2021; MEMOV, 2026).

A diversidade dessas leituras, com diferentes níveis de aprofundamento, oferece um repertório importante para compreender a transição de modelos econômicos convencionais para formas mais justas e solidárias de organização da vida. Exemplos disso são as feiras de economia solidária, os grupos de consumo responsável e outras iniciativas que fortalecem circuitos curtos de comercialização e relações mais equilibradas (CATTANI, 2009; NETO, 2025).

Nessa perspectiva, a economia solidária não é apenas um modelo econômico alternativo, mas um processo de transformação social. Ela exige educação crítica, participativa e comprometida com a realidade, possibilitando que os sujeitos compreendam as desigualdades estruturais e atuem na construção de outras formas de organização do trabalho e da vida (BOTTOMORE, 1988).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este *e-book* buscou apresentar elementos conceituais, históricos, organizativos e institucionais para a compreensão das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária no contexto da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ao longo dos capítulos, evidenciou-se que tais iniciativas se inscrevem em um campo mais amplo de experiências de incubação, historicamente vinculado às políticas de ciência, tecnologia e inovação, mas que, no âmbito da economia solidária, adquire especificidades ao se orientar pela centralidade do trabalho, pela autogestão, pela cooperação e pela construção coletiva de alternativas econômicas ancoradas na reprodução ampliada da vida.

A análise da organização da economia solidária no Brasil permitiu compreendê-la como uma totalidade social em movimento, constituída por uma complexa rede de atores, instâncias e dinâmicas organizativas que se constituem na articulação entre práticas sociais, políticas públicas e processos formativos. Ao evidenciar essa arquitetura, inclusive por meio da proposição de instrumentos analíticos e pedagógicos, o material contribui para a apreensão crítica da realidade. Ao mesmo tempo, explicita as mediações que estruturam o campo, reafirmando a economia solidária como prática social, campo de conhecimento e projeto político contra-hegemônico.

Nesse contexto, as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária configuram-se como espaços estratégicos de articulação entre formação, inovação social e ação política. Ao desenvolverem processos de incubação fundamentados no diálogo de saberes, na educação popular, na construção de tecnologias sociais e no planejamento participativo, essas iniciativas contribuem tanto para o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários quanto para a formação de estudantes, educadores e profissionais comprometidos com o desenvolvimento territorial, a transformação social e o fortalecimento das políticas públicas de economia popular e solidária.

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as experiências evidenciam o potencial das instituições públicas de ensino na efetivação da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como reafirmam seu compromisso social com os territórios e com a formação de sujeitos históricos capazes de intervir criticamente na realidade.

Por sua vez, ao propor um percurso de leituras em substituição a um glossário tradicional, este material reforça a compreensão do conhecimento como construção histórica, social e situada, que se realiza na relação entre sujeitos,

práticas e contextos. Ao privilegiar o acesso a diferentes matrizes teóricas e experiências, busca-se ampliar a apropriação crítica dos conceitos, reconhecendo a economia solidária como campo em permanente construção, atravessado por disputas, contradições e possibilidades emancipatórias.

Dessa forma, compreende-se que a sistematização aqui apresentada não se encerra em si mesma, mas se constitui como instrumento teórico-prático capaz de subsidiar processos formativos, organizativos e de intervenção nos territórios. Ao articular reflexão crítica e prática social, o material contribui para o fortalecimento de experiências de trabalho associado e autogestionário, além de ampliar as capacidades coletivas de leitura e transformação da realidade.

Por fim, reafirma-se a economia solidária como horizonte ético-político orientado à construção de formas de organização social, econômica e produtiva fundadas na justiça social, na democracia e na solidariedade. Nesse sentido, as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, enquanto espaços de mediação entre conhecimento e ação, assumem papel estratégico na construção de alternativas ao modelo hegemônico, favorecendo a afirmação de um projeto societário comprometido com a emancipação humana.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA (ABA). **Materiais e publicações sobre transição agroecológica**. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; AZURMENDI, José Luis (org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS, Maria Cristina (org.). **Dicionário de Agroecologia**

e Educação. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MEMOV: MEMÓRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E ESFERA PÚBLICA. **Dicionário histórico dos movimentos sociais brasileiros.** Coordenação: Alexandre Fortes; Larissa Rosa Corrêa; Paulo Fontes. Rio de Janeiro: MEMOV, 2026. Disponível em: https://rima.ufrjr.br/jspui/bitstream/20.500.14407/19/1/MSEP_Dicionario_PDF_01.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

NETO, João Leandro et al. **Glossário de Transição Agroecológica:** fundamentos e aplicações. Juazeiro, BA: UNIVASF, 2025.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire.** 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Este livro reúne reflexões e experiências que evidenciam o papel das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária como espaços formativos e de transformação social na Educação Profissional e Tecnológica. Ao articular fundamentos teóricos e práticas desenvolvidas em Institutos Federais de diferentes regiões do Brasil, a obra apresenta a economia solidária como caminho para a construção de alternativas baseadas na cooperação, na autogestão e na valorização do trabalho.

Ao longo dos capítulos, conceitos, trajetórias e relatos institucionais revelam como essas iniciativas contribuem para o fortalecimento de comunidades, a geração de renda e o desenvolvimento dos territórios. As experiências reunidas também revelam o papel das instituições públicas na promoção da formação, da inclusão social e de práticas econômicas baseadas na cooperação.